



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA

**“O ÚNICO DEUS NA TERRA PARA UMA MULHER É O SEU MARIDO”: A
PRODUÇÃO DE CÓDIGOS DE GÊNERO NO JORNAL “O POVO” E EM
PROCESSOS-CRIMES DO SERIDÓ POTIGUAR (1880-1900)**

Campina Grande/PB

2017

MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA

**“O ÚNICO DEUS NA TERRA PARA UMA MULHER É O SEU MARIDO”: A
PRODUÇÃO DE CÓDIGOS DE GÊNERO NO JORNAL “O POVO” E EM
PROCESSOS-CRIMES DO SERIDÓ POTIGUAR (1880-1900)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH – UFCG), junto à Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Identidades, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira e coorientação da Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

Campina Grande/PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O48u Oliveira, Marcos Fernandes de.
"O único Deus na terra para uma mulher é o seu marido" : a produção de códigos de gênero no jornal "O Povo" e em processos-crimes do Seridó Potiguar (1880-1900) / Marcos Fernandes de Oliveira. – Campina Grande, 2017.
93 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira, Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira".

Referências.

1. Gênero. 2. Jornal "O Povo". 3. Seridó Potiguar. I. Oliveira, Iranilson Buriti de. II. Vieira, Kyara Maria de Almeida. III. Título.

CDU 930.85(043)

MARCOS FERNANDES DE OLIVEIRA

**“O ÚNICO DEUS NA TERRA PARA UMA MULHER É O SEU
MARIDO”: A PRODUÇÃO DE CÓDIGOS DE GÊNERO NO JORNAL “O
POVO” E EM PROCESSOS CRIMES DO SERIDÓ POTIGUAR (1880-1900)**

Dissertação apresentada como cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Mestre do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande.

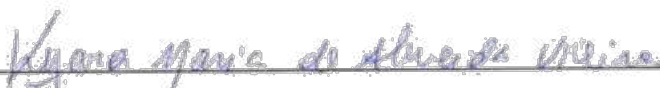
Aprovada em: 30/08/2017

Banca Examinadora



Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira – UFCG

(Orientador)



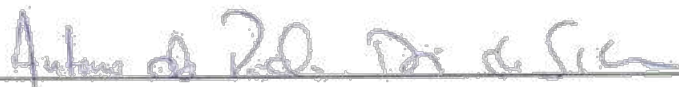
Prof. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira – UFERSA

(Coorientadora)



Prof. Dra. Eronides Câmara de Araújo – UFCG

(Examinadora Interna)



Prof. Dr. Antônio de Pádua Dias da Silva – UEPB

(Examinador Externo)

Campina Grande/PB

2017

DEDICATÓRIA

A minha querida avó materna, por superar seus próprios limites e ultrapassar barreiras intransponíveis em prol da educação de seus filhos e netos. Não há neste mundo coração mais bondoso que o de vovó.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares, em especial, a minha avó, Rita Maria da Silva, a minha mãe, Francineide Frutuoso Fernandes e a meu pai, Manoel Fernandes de Oliveira, por estarem sempre ao meu lado, por não terem medido esforços para me dar uma boa educação e me fazer chegar até este momento.

A moça dos olhos azuis, minha companheira, Leiliane Louise Lucena da Costa, por todos os momentos que passamos juntos, pelas alegrias, pelas tristezas e pelo amor, com ela descobri o verdadeiro significado desta palavra tão doce e tão cantada pelos poetas.

Aos meus professores do ensino fundamental e médio, por todo o tempo e dedicação que empregaram na educação de seus alunos. Se hoje estou aqui, também é por mérito deles.

A meus professores da graduação que fizeram e fazem um primoroso trabalho no Departamento de História do Centro de Ensino Superior do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CERES/UFRN), em especial ao Professor Joel Carlos de Souza Andrade, que conta com a minha mais profunda admiração.

Ao professor Iranilson Buriti de Oliveira por aceitar me orientar e por seu coração gracioso e grandioso. Gostaria que houvessem mais seres humanos como ele, se assim fosse, muito provavelmente este mundo seria um lugar melhor.

A professora Kyara Maria de Almeida Vieira, por acreditar no meu potencial e não ter medido esforços como coorientadora. Sem ela, dificilmente este trabalho teria sido realizado. Espero que um dia consiga me tornar um beija-flor tão livre e belo quanto ela, para quem sabe colher o mais suave néctar do mais esplêndido jardim.

Aos demais professores da Pós-Graduação em História do PPGH/UFCG que sem sombra de dúvidas foram de grande ajuda durante a realização desta pesquisa e serão de fundamental importância para minha formação acadêmica.

Aos professores Antônio de Pádua Dias da Silva e Eronides Câmara de Araújo, que como examinadores em nossa banca de qualificação, nos deram valiosas sugestões e contribuições que nos permitiram aprimorar este texto.

A Talita Rosa Mística Soares de Oliveira, Roberto Viana de Oliveira Filho, Neusa de Almeida Victor e Marizélia Gomes da Cantalice, por todo o apoio que me

ofereceram durante este período de pesquisa e de cumprimento de créditos necessários para obtenção do título de Mestre em História. As experiências que tive durante a pós-graduação tornaram-se ainda mais gratificantes graças ao simples fato de tê-los conhecido, espero poder guardar estas amizades eternamente.

Aos demais colegas da turma 2015.1, pelos risos e gargalhadas ressoadas nos momentos de harmonia, pelas lágrimas caídas nos momentos de tensão e agonia e pelos desafios que superamos juntos até chegarmos neste momento.

A CAPES, pelo auxílio financeiro durante todo o período do Mestrado. As bolsas fornecidas foram muito importantes para a conclusão desta pesquisa e conseqüentemente para a realização deste trabalho.

A Helder Alexandre Medeiros de Macedo e a seus bolsistas no Laboratório de Documentação Histórica do CERES (LABORDOC/CERES/UFRN) por me receberem gentilmente sempre que precisei e por fornecer parte do material necessário para a conclusão deste estudo.

Enfim, a todos aqueles que foram indispensáveis para este trabalho, o meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a produção de códigos de gênero no Seridó Potiguar durante os finais do século XIX, mais especificamente entre os anos de 1880 e 1900, tomando como principal referência o jornal “O Povo”, que circulou pela região entre os anos de 1889 e 1892. O objetivo deste texto é investigar como a transição do período monárquico para o republicano, e sobretudo o germinar de uma sociedade burguesa no Seridó, implementou na região uma produção discursiva voltada à fabricação/formação de modelos de homem e de mulher visando o desenvolvimento de uma sociedade seridoense “moderna”. Durante a elaboração da pesquisa, além de edições do jornal, foram analisados, também, processos-crimes e inquéritos policiais do Seridó das décadas de 1880 e 1890. Através de uma análise discursiva destas fontes e lançando mão de arcabouços teóricos da História Cultural, procurou-se neste estudo perceber os sujeitos na qualidade de indivíduos mutáveis e plurais frutos de um processo articulado por relações de poder. A partir desta perspectiva trabalhou-se a concepção de gênero sob um ponto de vista relacional, atentando para o entendimento de que tanto as feminilidades quanto as masculinidades são construções sociais, culturais e, sobretudo, históricas.

Palavras-chave: Gênero. Jornal “O Povo”. Processos-crimes. Seridó Potiguar.

ABSTRACT

The present work has as its theme the production of gender codes in Seridó Potiguar during the late nineteenth century, more specifically between the years 1880 and 1900, taking as main reference the newspaper “O Povo”, which circulated throughout the region between the years of 1889 and 1892. The objective of this text is to investigate how the transition from the monarchical period to the republican, and especially the germination of a bourgeois society in Seridó, implemented in the region a discursive production aimed at the manufacture/formation of models of man and woman aiming at the development of a “modern” Seridó society. During the preparation of the research, in addition to newspaper editions, Seridó's criminal proceedings and police inquiries of the 1880s and 1890s were also analyzed. Through a discursive analysis of these sources and using theoretical frameworks of Cultural History, he sought In this study, we perceive subjects as changeable and plural individuals, fruits of a process articulated by power relations. From this perspective the conception of gender was worked from a relational point of view, attempting to understand that both femininities and masculinities are social, cultural and, above all, historical constructs.

Keywords: Gender. Newspaper “O Povo”. Criminal proceedings. Seridó Potiguar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: “O POVO” E A “PEDAGOGIA DOS GÊNEROS” NO SERIDÓ POTIGUAR	21
“O POVO” NA DIREÇÃO DO “PROGRESSO”	23
SERTANEJO: SÍMBOLO DO ATRASO, ENTRAVE PARA O PROGRESSO	26
A SERTANEJA REPUBLICANA: “MÃES PEDAGOGAS”	28
A PEDAGOGIZAÇÃO DO CORPO FEMININO	34
CAPÍTULO II: DO “CABRA DA PESTE” AO “VARÃO REFINADO”: A PRODUÇÃO DA CULTURA MASCULINA NO SERIDÓ POTIGUAR	44
A “DECADÊNCIA” DO “CABRA DA PESTE”	46
O HOMEM URBANIZADO	50
O HOMEM INTELECTUAL	54
O NAMORADOR	56
A PEDAGOGIA DA HONRA MASCULINA.....	60
UM NOVO HOMEM, UM NOVO “CORPO”	63
CAPÍTULO III: “SEMPRE TRATOU SEU MARIDO COM DESVELO”: DISCURSOS SOBRE GÊNERO EM PROCESSOS CRIMES DO SERIDÓ POTIGUAR NOS FINS DO SÉCULO XIX	65
UM DESVIAR DE OLHOS PARA OBSERVAR O QUE NÃO DEVE SER VISTO.....	66
O “BOM PAI”, “O BOM MARIDO”, A “BOA MÃE” E A “BOA ESPOSA”	68
NÃO SE DEVE OFENDER A “REPUTAÇÃO DA HONRA”	71
UM ESPANCADOR DE MERETIZES NA CIDADE DO PRÍNCIPE.....	72
FLORENTINA, THEODORA E FRANCISCO: “MODELOS DE MAUS EXEMPLOS”	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

O debate acerca das relações de gênero tem se tornado nos últimos anos cada vez mais intenso no Brasil. É possível citar, por exemplo, a recente discussão que movimentou, e ainda movimenta, diversos setores sociais do país, entre eles, o político e o acadêmico, acerca da equidade de gênero no Plano Nacional da Educação (PNE)¹.

Poderíamos mencionar também o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)² realizado no ano de 2015, que após trazer “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” como tema das redações dos cadernos de provas do segundo dia de exames, gerou grande repercussão em nível nacional.

Aliás, as taxas alarmantes acerca da violência de gênero e, sobretudo, da violência doméstica no país nos dias atuais, por si só já poderiam se caracterizar como motivação para produção de trabalhos acerca das relações de gênero no Brasil.

A partir da apresentação destes elementos nos delegamos a uma das várias assertivas apontadas por Marc Bloch, que, ao delinear seu método regressivo, acreditava que “[...] temas do presente condicionam e delimitam o retorno, possível, ao passado” (BLOCH apud SCHWARCZ, 2001, p. 07). Neste sentido, seriam os dilemas contemporâneos que nos fariam questionar e problematizar o passado, buscando assim elucidar as indagações do presente.

Fundamentando-se neste pressuposto, o presente trabalho de pesquisa visa analisar a produção de códigos de gênero no Seridó potiguar nos fins do século XIX, sobretudo, entre os anos de 1880 e 1900, pois, além de ser caracterizado como o momento de transição do regime monárquico para o republicano no Brasil, este período histórico foi notabilizado também por intensas mudanças e transformações que, por sua vez, implicaram na cultura, nas vivências sociais e na própria maneira dos sujeitos se perceberem como seridoenses.

¹ Para mais informações sobre esse debate no Brasil ver: HENRIQUES, Ricardo, BRANDT, Maria Elisa Almeida, JUNQUEIRA, Rogério Diniz, CHAMUSCA, Adelaide (Orgs.). Cadernos SECAD 4: Gênero e diversidade na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016

² Para mais informações sobre a repercussão do tema da redação no ENEM 2015 ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698468-questao-e-redacao-do-enem-recebem-criticas-e-elogios-nas-redes-sociais.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2016.

Assim, partindo-se desse contexto, nos questionamos: como se deu a produção dos códigos de gênero estabelecida em publicações do jornal “O Povo” que, voltadas principalmente ao Seridó potiguar, visavam construir e fixar “novos” padrões de vivência e relacionamento social nos fins do século XIX? Isto posto, trata-se basicamente de pensar acerca dos arquétipos de homem e de mulher que precisariam vigorar nessa sociedade que, naquele momento, passava por intensas mudanças.

A justificativa para realizar uma pesquisa sobre esse tema delimitando-a ao recorte espacial da região do Seridó potiguar parte do fato de termos nascido e crescido nessa região, onde durante toda nossa existência, enquanto menino e homem natural da cidade de Caicó³, fomos constantemente “assediados” por símbolos e imagens oriundos de uma epistemologia dominante que pauta-se em hierarquizar os sujeitos e assim normatizá-los.

Como quando tínhamos que acompanhar nosso pai em seu trabalho de servente de pedreiro, para “aprender o ofício”, enquanto nossa irmã era obrigada a ficar em casa lavando os pratos e ajudando nossa mãe a fazer seus bordados e preparar a comida. Nesse sentido, esta pesquisa também é fruto de um processo pessoal, contínuo e ainda inacabado de “descolonização epistemológica”⁴.

Além disso, a relevância desta análise deve-se também ao fato de ainda haver pouca produção de estudos sob esta temática voltados ao Seridó Potiguar, principalmente a partir do viés histórico. Desses trabalhos podemos destacar o texto de Sandra Maria Assis (2002) “Mulheres da vila, mulheres da vida: Vila do Príncipe (1850 – 1900)”.

Muito importante durante a escrita deste trabalho, o conceito de gênero é entendido aqui sob a concepção de Joan Scott. A autora define essa categoria analítica em duas partes, que seriam perceber o gênero como um componente

³ Município localizado na região centro-sul do estado do Rio Grande do Norte, aproximadamente trezentos quilômetros da capital, Natal. Caicó ganhou o status de Cidade oficialmente em 1868 passando a se chamar Cidade do Príncipe, ou como consta nos processos crimes da época, simplesmente Príncipe, com o advento da proclamação da república no Brasil, a cidade passou a se chamar Cidade do Seridó 1890, tendo seu nome alterado para Caicó (mantido até os dias atuais) no mesmo ano.

⁴ Segundo Machado (1982, p.149) “[...] a *epistême* é a ordem específica do saber; é a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade enquanto saber”. Frantz Fanon, utilizou o termo “colonialismo epistemológico” referindo-se ao racismo e a condição de inferioridade sofrida pelos negros de países anglofônos. Aqui nos referimos a este termo aplicando-o também as questões de gênero. Para mais informações sobre o colonialismo epistemológico ler: FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

constitutivo de relações sociais, “baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1989, p. 21) e compreendê-lo como uma condição de significar as relações de poder. Por sua vez se ramificam em várias subpartes, que apesar de estarem interligadas, para ela, devem ser analiticamente distintas.

Partindo desse ponto de vista, a autora enumera quatro elementos que compõem a primeira parte de sua definição de gênero, e que estariam relacionados entre si, sendo eles: os símbolos que culturalmente convocam representações múltiplas, os conceitos normativos, que por sua vez, põe em destaque interpretações do sentido dos símbolos e afirmam de maneira categórica o sentido do masculino e do feminino, o terceiro aspecto diz respeito às noções políticas, assim como as instituições e organizações sociais, e o quarto é a identidade subjetiva (SCOTT, 1989, p. 21-22).

Em termos gerais, pode-se dizer que as discussões acerca das relações de gênero, que elevam o tema à categoria de análise, principalmente a partir da premissa de Scott, ainda são bem recentes. Segundo Maria Izilda S. Mattos (1998) o gênero começa a ser estruturado enquanto categoria de análise somente nos finais do século XX, confluindo com novas perspectivas historiográficas que se propagavam naquele momento, e sobretudo com a “História Cultural”. Para a autora, essa “[...] incorporação tem procurado destacar as diferenças a partir do reconhecimento de que a realidade histórica é social e culturalmente constituída, [...] permitindo perceber a existência de processos históricos diferentes e simultâneos [...]” (MATTOS 1998, p. 70).

É somente por volta da década de 1990 que os estudos de gênero começam a se propagar e alcançar maiores proporções no Brasil, o que demonstra o quanto essa dinâmica de pensamento ainda é atual (RAGO, 1998). E se pensarmos acerca da conjuntura da historiografia seridoense é possível perceber que esse movimento é ainda mais recente. E mesmo que bons trabalhos tenham surgido com esta preocupação na região, principalmente nos últimos quinze anos, ainda há muito o que questionar e debater acerca das relações de gênero no Seridó potiguar.

Entendemos que as discussões de gênero sob um aspecto relacional são muito importantes quando se propõem a ponderar acerca das sociedades humanas, afinal, como ilustrado por Joan Scott (1989, p. 21), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e

o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Partindo-se desse ponto de vista, entendemos que, como colocou Miguel Vale de Almeida (1995, p.161), “[...] tanto o corpo sexuado como o indivíduo com gênero são resultados de processos de construção histórica e cultural”.

Seguindo por essa premissa elegeu-se para elaboração do presente estudo a concepção metodológica da análise do discurso, entendendo-o a partir da perspectiva de Michel Foucault (2014; 2015). Para ele, em toda sociedade a produção dos discursos se dá ao mesmo tempo de maneira controlada e selecionada, agindo sobre ela “procedimentos de exclusão e interdição”.

Segundo Inês Lacerda Araújo (2004, p. 222, grifo do autor), “[...] a análise do discurso não pretende saber o que são as coisas em si mesmas, ela não busca essências ou verdades últimas, e sim fazer **uma (não a)** história dos objetos discursivos”.

Como definiu Kleber Prado Filho (1998, p. 01), “O discurso é um exercício de poder, circulando em práticas sociais segundo economias políticas de verdades, ou regimes históricos de produção de verdades, produzindo efeitos ao nível das subjetividades”.

Dessa forma, os discursos não só seriam transpassados pelas relações de poder, como eles, propriamente, já se apresentariam como práticas de poder. Nesse interim, é imprescindível destacar que entendemos que “[...] o poder tem cunho relacional, não é posse de uma classe dominante cuja ideologia ilude os dominados” (ARAÚJO, 2004, p. 239).

Neste sentido, sob o ponto de vista do autor, as relações de poder seriam inscritas por “relações de forças”. Assim, como colocou Roberto Machado (2015, p. 25), para Foucault “o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, o fabrica. O Indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”.

Além de considerarmos as noções que perpassam o gênero e o discurso como fundamentais para a abordagem realizada por este trabalho, durante a produção deste texto foram trabalhados também, entre outros, os conceitos de poder, identidade, masculinidade e feminilidade.

Fugindo à lógica que concebe a identidade enquanto uma “essência” do sujeito, neste trabalho o conceito de identidade foi entendido como uma construção relacional que, por sua vez, está envolta de maneira interdependente com a

“diferença”. Dessa forma, a identidade se constrói não somente a partir dos olhares sobre si, mas também nas observações sobre o outro: “[...] ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui” (HALL, 2014, p. 106).

Com isso compreendemos o conceito de identidade, partindo do ponto de vista de Silva (2014, p. 81). Para o autor, “[...] a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. [...] A identidade tal como a diferença [...] está sujeita a vetores de força, a relações de poder. [...] Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas”. Nesse sentido, na concepção de Silva, a identidade e a diferença são constantemente disputadas.

As identidades são mutáveis e ao mesmo tempo demarcadas pela pluralidade e pela constante negociação, “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobre determinação, e não uma subsunção. Há sempre ‘demasiado’ ou ‘muito pouco’ – uma sobre determinação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade” (HALL, 2014, p. 106).

Por conseguinte, como colocou Vieira (2006, p. 20), é possível “[...] falar nas tensões entre as identidades que assumimos, tendo em vista muitas vezes nos identificamos com posições-de-sujeito que precisam ser negociadas, comercializadas e que entram em conflito. E pensar nesses conflitos é também pensar nas subjetividades [...]”.

Entendemos a subjetividade sob a maneira colocada por Woodward (2014, p. 55-56). Segundo a autora, “[...] o termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem nós somos’. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais”. Assim, o conceito pode ser entendido como uma “experiência de si”.

Para a autora, a subjetividade dos sujeitos vive “[...] em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2014, p. 56). Isto posto, para a autora os indivíduos estão expostos ao discurso e devem eles mesmos admiti-lo como sujeitos que se posicionam a si próprios.

Como aludido anteriormente, as identidades que caracterizam os sujeitos não são fixas, mas sim, bastante fluidas e diversificadas. A partir disso, neste texto, compreende-se as masculinidades e feminilidades como construções culturais, sociais e principalmente históricas. Segundo Vale de Almeida (1995, p. 161), masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e

mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres”.

Portanto, a própria masculinidade, como a feminilidade não são exatamente, inertes ou imóveis. Mas sim, fenômenos do nível do discurso, que é uma prática de poder, e assim sendo, os termos masculinidade e a feminilidade constituem “um campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande” (VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 162).

Além disso, cabe ressaltar que a própria relação que os sujeitos estabelecem com seus corpos não podem ser caracterizadas como naturalmente concebíveis, pois, como expôs Vieira (2006, p. 63), a relação que o sujeito estabelece com o corpo “[...] está envolvida nas relações sociais estabelecidas por determinadas sociedades em determinadas épocas. Relações essas que são marcadas por relações discursivas e não-discursivas”.

Partindo desses pressupostos, pode-se perceber que os corpos, tanto masculino quanto feminino, também estão sujeitos às disciplinas que, por sua vez são “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 135).

No entanto, é preciso ainda destacar que estarem sujeitos à disciplina e aos mecanismos de poder, não implica exatamente em dizer que os sujeitos apenas observam esses movimentos de maneira passiva em suas vivências cotidianas. Principalmente porque, como mencionou Del Priore (1997, p. 396), “Pensar o que muda no cotidiano e na vida privada é pensar as relações entre os múltiplos deslocamentos e as formas públicas em que se afirma a ruptura das relações de dominação”.

Além disso, ainda é significativo mencionar que, como bem colocou Michel de Certeau (2014, p. 38, grifo do autor), “[...] o cotidiano se inventa com mil maneiras de **caça não autorizada**”. Para o autor, ainda que os sujeitos estivessem muitas vezes “submetidos” ou mesmo consentindo com a dominação, eles subvertiam e transgrediam as relações de dominação através de uma multiplicidade de “táticas”, que burlavam as normas e por vezes se configuravam como uma “anti-disciplina”.

Diferentemente de estratégia, que para Certeau (2014, p. 93) é “[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do

momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”, a tática, para o autor, seria uma ação prognóstica, por sua vez, marcada pela “ausência de um próprio”, que não possui um lugar próprio, habitando assim o “não lugar”. Para ele, a tática age a partir do momento, aproveitando e ao mesmo tempo dependendo dele. Para Certeau: “Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante” (CERTEAU, 2014, p. 95).

Desta forma, perpassando por essas premissas teórico-metodológicas, elaboramos esta operação historiográfica utilizando como base documental dez edições do jornal “O Povo” que, sendo distribuído semanalmente, começou a circular na Cidade do Príncipe, atual Caicó/RN, em março de 1889 e segundo José Augusto Bezerra de Medeiros (1980, p. 170), “[...] desapareceu da circulação em 19 de setembro de 1892”.

Todas as edições do Jornal podem ser encontradas digitalizadas no acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) e disponíveis para consulta em sua página na internet⁵. Além disso, algumas publicações do periódico também podem ser encontradas sob os cuidados do Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN – Caicó) e do Núcleo de Estudos Históricos de Arqueologia e Documentação (NEHAD)⁶ do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA/UFRN – Natal).

Um ponto importante ao qual se deve dar copiosa atenção ao se trabalhar com fontes impressas e jornais como “O Povo”, na pesquisa histórica, é ao fato de que, no geral, elas são voltadas para um público alvo específico. No caso do periódico potiguar seridoense que circulou pela região nos fins do século XIX, apesar de seus articulistas anunciarem que, como diz o nome do próprio semanário, tratava-se de um jornal voltado ao “povo” seridoense, a maioria de seus leitores estava concentrada entre as classes econômicas medianas, comerciantes e as elites intelectuais e políticas da região, já que nesse período poucas pessoas sabiam ler,

⁵ Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/acervos/bndigital>>. Acesso em: 25 out. 2015.

⁶ Durante a pesquisa optamos por não investigar a documentação presente no NEHAD por entendermos que as fontes encontradas no LABORDOC e na BNDigital já eram suficientes e supriam as necessidades da pesquisa.

não só no Seridó como também em todo o país. Como afirmou Leiria ([201-], p. 06), “[...] até final do século XIX, mais de 70% da população brasileira era analfabeta”.

Além disso, os jornais se caracterizavam nessa época como empreendimentos coletivos, aos quais se agregavam “[...] pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). Dessa maneira, pode-se dizer que por vezes os textos publicados em jornais e periódicos estão estreitamente ligados ao desempenho de variadas intenções e expectativas por parte de seus idealizadores e membros em geral, além de obviamente fornecerem “[...] pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada [...]” entre esses mesmos sujeitos.

As publicações e, sobretudo, os discursos que emergiram dos indivíduos que compunham o quadro de escritores e colaboradores de “O Povo” em vários momentos, direcionaram-se à produção e reprodução de identidades, definindo lugares e explorando imagens de homem, de mulher e de família nas últimas décadas do século XIX. Assim, ao mesmo passo em que os articulistas do periódico observavam “o mundo” que os cercava, a sociedade seridoense e os seus hábitos e modos de vida cotidianos, eles também os julgavam.

Além das publicações do semanário, também foram utilizados, como base documental para escrita desse trabalho, processos crimes que, assim como os jornais, também podem ser encontrados no LABORDOC. Foram encontrados aproximadamente duzentos processos no acervo do Laboratório.

Os processos encontrados versavam sobre crimes e assuntos distintos, como furto, roubo, defloramento, entre outros. Com isso, optamos por fazer uma primeira triagem, quando decidimos utilizar apenas processos que versavam sobre, espancamento, homicídio e injúrias verbais, totalizando cinquenta processos. Em seguida fizemos nova separação do material na qual segmentamos aqueles que transcorriam acerca dos códigos de gênero mais enfaticamente, restando assim doze processos-crimes.

No entanto, apesar de termos transcrito todos os doze processos mencionados anteriormente, após nova triagem qualitativa optamos por utilizar apenas cinco destes arquivos neste trabalho, por acreditarmos que estes dariam maiores possibilidades de análise acerca do nosso objeto de estudo. Os crimes cometidos apresentados nos arquivos escolhidos variam, principalmente, entre espancamentos, homicídios e injúrias verbais.

Nos processos crimes podemos encontrar informações como: portaria de abertura, auto de denúncias da promotoria, interrogatório e auto de qualificação dos presos ou indiciados nos processos, auto de exames de corpo de delito, exame cadavérico ou perícias técnicas, dependendo das situações ou condições encontradas nos delitos abordados nos processos e sentença do juiz.

É necessário mencionar que, na intenção de não produzir um juízo de valor sobre o conteúdo das publicações de “O Povo” e dos processos judiciais, optamos por não atualizar a escrita dos vocábulos retirados dos referidos arquivos para as regras contidas no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009; optamos ainda por fazer o mesmo com as citações retiradas das obras dos autores mencionados durante o texto.

É importante ainda ressaltar que como proferiu Grinberg (2013, p. 126), em seu artigo “A história nos porões dos arquivos judiciários”, os processos judiciais funcionaram como “mecanismos de controle social”, e embora nos relatos presentes em cada processo transcorram as narrativas de todos os indivíduos envolvidos em cada um deles, sejam as vítimas, os denunciados, as testemunhas, ou mesmo os juristas, segundo a autora, esses documentos são “[...] marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão”, além disso, era ele que detinha o poder de decidir “[...] o que devia constar nos autos, de acordo com as regras legais preestabelecidas nos códigos penais” (GRINBERG, 2013, p. 126-127). Segundo Corrêa (1983, p. 25),

No momento em que os atos se transformarem em atos, os fatos em versões o concreto perde quase toda sua importância. E o debate se dá entre os atores jurídicos (agentes), cada um deles usando a parte do “real” que melhor reforce o seu ponto de vista.

Com isso, é necessário que se tenha noção de que o processo crime não é um atestado de verdade, e que, passando longe disso, como descreveu a autora, entende-se que sobre cada processo incorrem inúmeras instâncias, e dentre elas, o notável destaque para juízes, promotores e delegados, procuradores, advogados e em especial o do escrivão.

Desta forma, ao pensar e problematizar esses conceitos enunciados anteriormente, e entendendo que as identidades de gênero, assim como os sujeitos

são provenientes de um processo de construção histórica e social, que decidimos estruturar esta dissertação dividindo-a em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado; *“O Povo” e a pedagogia dos gêneros no Seridó Potiguar*, discutiremos acerca de como, a partir de referenciais teóricos advindos da Europa e Estados Unidos, os articulistas do jornal “O Povo” apresentaram em seu discurso novos códigos de gênero que visavam a fabricação de uma sociedade moderna no Seridó potiguar das últimas décadas do século XIX, ao nível da “civilização europeia”. Analisaremos ainda como este discurso que buscava modernizar a sociedade e que em determinados momentos propunha uma maior liberdade de sociabilidade ao público feminino, propunha ao mesmo tempo uma manutenção das hierarquias de gênero já estabelecidas na região propagando a submissão feminina ao masculino.

No segundo capítulo, intitulado; *Do “cabra da peste” ao “varão refinado”: a produção da cultura masculina “moderna” no Seridó*, estudaremos como são gestados novos símbolos, discursos e imagens voltadas a produção de um novo modelo de masculinidade burguesa no sertão, a do homem moderno e urbanizado, do varão refinado em contraposição ao homem valente e corajoso, porém mal educado, ignorante e por vezes brutal, que no Nordeste do Brasil é popularmente conhecido como “cabra da peste”. Abordaremos ainda sobre como a virilidade masculina passa a ser gradualmente resinificada neste período e sobre como, a partir deste momento, os homens passam a ter uma maior atenção para com os cuidados com o corpo e a beleza dos mesmos.

No terceiro capítulo, intitulado *“Sempre tratou seu marido com desvelo”: discursos sobre gênero em processos crimes do Seridó potiguar nos fins do século XIX*, discutiremos acerca de como se apresentaram os discursos de diversos sujeitos envolvidos em alguns processos crimes da região do Seridó potiguar do fim do século XIX, entre eles juristas, vítimas, acusados e testemunhas, no tocante as relações de gênero.

CAPÍTULO I – “O POVO” E A “PEDAGOGIA DOS GÊNEROS” NO SERIDÓ POTIGUAR

A mulher tem na face dois brilhantes
Condutores fiéis do seu destino
Quem não ama o sorriso feminino
Desconhece a poesia de Cervantes

A bravura dos grandes navegantes
Enfrentando a procela em seu furor
Se não fosse a mulher mimosa flor
A história seria mentirosa

Mulher nova, bonita e carinhosa
Faz o homem gemer sem sentir dor

(Amelinha)⁷

O período correspondente às últimas décadas do século XIX, além de caracterizado pela abolição da escravização e pela transição de um regime político no Brasil do imperial ao republicano, também foi marcado como um momento de inúmeras transformações sociais e culturais no país, além da ascensão de intensas discussões das elites brasileiras, sobretudo intelectuais, que bastante influenciadas por algumas doutrinas e concepções teóricas importadas da Europa, que refletiam acerca do povo, da sociedade e da cultura no país, começaram em muitos casos a projetar e idealizar o Brasil daquele período como uma “nação moderna” para época.

Neste capítulo será analisado como, a partir da influência das perspectivas teóricas que passam a se introduzir no Brasil durante este período, o jornal “O Povo” realiza um discurso voltado à produção de códigos de gênero no Seridó potiguar entre os fins do século XIX e início do século XX, apresentando concepções de “modelos” de homem e mulher “modernos” para região nesta época,

⁷ RAMALHO NETO, José; PATRIOTA, Otacílio Batista. Mulher nova bonita e carinhosa. Interprete: COLLARES, Amélia Cláudia Garcia. In: *Janelas do Brasil*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wIKa1NUFAyg>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

focando principalmente nos arquétipos pensados para o público feminino. Segundo Schwarcz (1993, p. 57), “[...] a partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o Positivismo, o Evolucionismo, o Darwinismo”.

Muito embora cada uma dessas perspectivas teóricas possuíssem suas próprias singularidades e especificidades, em sua maioria pautavam-se na adoção do “[...] discurso científico evolucionista como modelo de análise social” (SCHWARCZ, 1993, p. 38). Segundo Macêdo (2012, p. 155), “[...] o darwinismo social e o positivismo de Comte propunham uma filosofia da história que tinha como pressuposto o sentido de evolução das sociedades, cujo estágio mais avançado encontrava-se na Europa, sendo ela, [...] a própria matriz civilizatória”.

De acordo com Nicolau Sevcenko (1998), na última metade do século XIX, o império vivia uma forte crise, derivada entre outros fatores dos custos e problemas acarretados com os confrontos bélicos no Prata e na Guerra do Paraguai. Foi em meio a um cenário pormenorizado pelas instabilidades que acometiam as bases monárquicas que surgiu o partido republicano e

[...] entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais, artistas políticos e militares, a chamada “geração de 70”, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas “ossificadas” do império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos (SEVCENKO, 1998, p. 14).

Nesse sentido, a ideia básica que perpassava a cabeça de grande parte dessas elites intelectuais e políticas que almejavam o estabelecimento do regime republicano no Brasil era a de que o império representava uma realidade ultrapassada que deveria ser superada para que a sociedade brasileira pudesse continuar seu caminho na escala evolutiva “rumo ao progresso”. O ápice diacrônico desejado por esses intelectuais seria alcançado ao se atingir os “níveis” de sociabilidade das sociedades europeias que representavam para aquelas elites verdadeiros exemplos de civilização a serem seguidos. Para Saliba (1998, p. 292),

Na perspectiva da vida privada, o advento da República viria proclamar, inicialmente uma atitude de repúdio difuso à vida rotineira e aos arcaísmos, que seriam a própria negação do progresso, como

forma de os indivíduos desamarrarem-se dos modos provincianos e das causadas pela sociedade escravista.

Dessa maneira, a época do cruzamento entre o período imperial e o republicano é marcadamente qualificada, também, pela emergência de um projeto de nação e de sociedade no Brasil que perpassava não apenas uma (re)produção dos espaços, sobretudo o urbano, como também uma (re)produção de identidades e de sujeitos, com vistas ao alcance de uma “modernidade” imaginada e idealizada a partir das concepções teóricas alicerçadas no discurso científico evolucionista. De acordo com Oliveira (2002, p. 22),

O sujeito dito moderno é construído num contexto de louvação à modernidade, vista e dita como o desejo de emancipação do obscurantismo, dos preconceitos, tecendo uma rede maior de liberdade, de individualização cada vez mais crescente. Era entendida, ainda, como um território envolvido pela valorização do capital e do progresso, pela busca incessante do novo e pelo impulso de esquecer o passado, de sociabilizar-se com as normas atuais rompendo com as antigas, criando aversão a quase tudo que estivesse relacionado com o rural, o atrasado, o anti-higiênico e o anti-científico.

Desse modo, a república recém proclamada, assim como grande parte das elites intelectuais brasileiras da época, influenciados pelas concepções evolucionistas, possuíam um forte desejo de transformar a sociedade brasileira em uma comunidade moderna equiparada aquelas encontradas no continente europeu, repudiando, assim, tudo o que, para essas elites, fosse considerado antiquado, que representasse o atraso ou simbolizasse um descompasso para o progresso que levaria o país a seguir linearmente rumo ao nível de civilidade que aos olhos dos mesmos já se encontrava presente e enraizado nos corpos sociais dos países europeus naquele momento.

“O POVO” NA DIREÇÃO DO “PROGRESSO”

Inseridos no mesmo contexto de busca pelo progresso das relações sociais e do desenvolvimento estrutural da “nação” que perpassava as elites brasileiras entre os finais do século XIX e início do XX, aqueles que representavam a intelectualidade potiguar seridoense desse mesmo período também empreenderam

intensas discussões acerca da sociedade e da cultura da população que habitava o Seridó potiguar, por sua vez, igualmente atravessadas por perspectivas teóricas fundamentadas em concepções evolucionistas.

Segundo alguns autores potiguares, como José Adelino Dantas (2008), José Augusto (1980) e Muirakytan Kennedy de Macêdo (2012), as últimas décadas do século XIX foram muito importantes para as camadas mais abastadas da sociedade seridoense por também se caracterizar como um período marcado pela formação de novas elites intelectuais na região. De acordo com boa parcela dos historiadores locais dava-se naquele momento uma verdadeira “era dos bacharéis” seridoenses⁸. Em sua maioria formados na Faculdade de Direito de Recife, foi exatamente a partir do contato com o espaço acadêmico recifense que os jovens bacharéis seridoenses familiarizaram-se com os elementos discursivos que se fundamentavam nos arcabouços teóricos em ebulição no Brasil e no mundo naquele período.

Para Macêdo (2012, p. 147) “a geração formada em Recife foi aquela que constituiu a elite intelectual e política [...]” do Seridó nos últimos anos do século XIX. Para o autor, “[...] foi a Faculdade de Direito de Recife que forneceu parte dos saberes que sustentaram o discurso regionalista dessa elite, prefigurando o Seridó com os dispositivos cientificistas adquiridos em seus estudos jurídicos” (MACÊDO, 2012, p. 147). Dessa forma, como colocado por Macêdo:

A usina de idéias da Escola de Recife espargiu sua influência por toda a geração de estudantes que se formou naquela Faculdade. Foi em consequência do contato com o cientificismo e o ideário republicano professados ali que se deu a militância política dos acadêmicos seridoenses (MACÊDO, 2012, p. 147).

Entre aqueles que estavam à frente das discussões baseadas nessas concepções teóricas fundamentadas no cientificismo, pensando a realidade da região do Seridó potiguar podemos destacar os editores e colaboradores do jornal “O Povo”, dentre os quais, muitos eram formados ou estavam em processo de formação pela Faculdade de Direito de Recife, ao lado dos demais membros das elites políticas e econômicas locais.

⁸ Sobre isso ler: MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012. Ou AUGUSTO, José. *Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 1980.

Seguindo esses pressupostos, “O Povo” surgiu no dia 09 de março de 1889 com propósitos explicitamente políticos, sobretudo combatendo as concepções do partido conservador e defendendo às predileções do partido liberal que, segundo Bueno (2009), tornava-se nesse período cada vez mais “desencantado” com o sistema imperial, principalmente em sua ala radical, e do núcleo republicano.

Segundo José Augusto (1980), o jornal pertencia a José Renaud⁹, seus principais entusiastas e redatores foram Olegário Vale, que era um importante advogado da região na época, embora fosse provisionado, Diógenes e Janúncio da Nóbrega, assim como Manoel Dantas, estes últimos acadêmicos de Direito no Recife, os quais, segundo Bueno (2009, p. 94), “[...] receberam com todo o impacto a influência do evolucionismo darwinista, nas versões científicas e sociologizantes de Herbert Spencer e principalmente de Ernst Haeckel, então predominantes na faculdade”. Podemos perceber isso nas próprias publicações do jornal como no texto abaixo escrito por Diógenes da Nóbrega já no primeiro número do periódico em 09 de março de 1889:

[...] nossa meta é – a evolução social e o desenvolvimento physico, moral e intellectual do povo –. Em todos os terrenos atacaremos as irregularidades sociais. Seremos inexoraveis em profligar os erros, atacar os preconceitos, desfazer os sophismas e derrocar as superstições em toda ordem de ideias. Em fim nosso alvo é, advogando os interesses do povo, doutrina-lo racionalmente, esclarecendo-lhe o horizonte intelectual, tanto quanto permitirem nossos conhecimentos [...] (NÓBREGA, 1889, p. 01)¹⁰.

Na citação acima é possível perceber que, motivado pelas concepções teóricas evolucionistas, a intenção do jornal era fazer com que a sociedade seridoense “marchasse rumo ao desenvolvimento”. Para efetivar e assim completar essa “missão” “O Povo” se coloca, ao mesmo tempo, no lugar de “juiz” e de “preceptor” da sociedade. Nesse sentido, como colocou Bueno (2009, p. 96)

⁹ José Renaud era um comerciante cearense que vivia no município de Flores (atual Município de Florânia, localizado na microrregião da Serra de Sant’Anna no interior do estado do Rio Grande do Norte, aproximadamente duzentos e trinta quilômetros da capital, Natal), e que possuía sua própria tipografia, e que após ser procurado por outros entusiastas do jornal decidiu mudar para a Cidade do Príncipe (atual município de Caicó/RN) e lá montou o jornal. Para mais informações sobre esse assunto, ler: MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. A imprensa no Seridó. In: _____. *Seridó*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

¹⁰ NÓBREGA, Diógenes. O Povo. In: *O Povo*. 09 de março de 1889. Ano 1, nº 01 p. 01.

“‘iluminados’ pela ciência, esses modernos evangelistas levariam ao povo a boa nova de esperança que lhes fora revelada”.

Dessa forma, partindo-se desse pressuposto, os membros do jornal passam a acreditar que caberia a eles avaliar o que estava errado na sociedade seridoense e, ao mesmo tempo, corrigir esses erros informando e direcionando a população para o que consideravam ser o “melhor caminho”, o “caminho do progresso”.

Assim, é possível entender que a idealização do periódico tratava-se também de um projeto embasado em um conjunto de discursos pedagógicos que pautava-se na formação/produção da sociedade seridoense dos fins do século XIX, haja vista que seus realizadores se consideravam como “os detentores da verdade” que iriam ensinar/trazer civilidade a população seridoense.

As influências teóricas e culturais importadas da Europa são assim, notadamente percebidas nas páginas do semanário, que além das notícias “comuns” que diziam respeito ao Brasil e ao Seridó, costumava publicar frequentemente inúmeras reportagens sobre novidades e curiosidades que apareciam no velho continente, afinal, para os articulistas do jornal a sociedade europeia representava o estágio máximo de civilidade já alcançado até aquele momento, e o modelo mais perfeito e incontestado de civilização que eles conheciam.

SERTANEJO: SÍMBOLO DO ATRASO, ENTRAVE PARA O PROGRESSO

A partir do momento em que iniciou a sua circulação, o jornal “O Povo” passou a dar seguimento em seu projeto “modernizante” de projeção de uma sociedade burguesa na região do Seridó potiguar promovendo uma profunda rejeição/aversão às práticas sociais que fossem entendidas como “antiquadas” ou “retrógradas” aos olhos dos idealizadores e articulistas do periódico. Como podemos ver em uma publicação realizada pelo semanário em dezembro de 1889, a seguir:

[...] Em quanto não se compreender que na instrução reside 1º bem estar de um povo, e esses prejuízos perdurarem, o sertanejo ha de ser atrasado, refractario as innovações do progresso e indiferente ás lutas que se travam em nosso paiz.

A rotina é um erro que tem exercido uma influencia perniciosa no nosso desenvolvimento, e a rotina não é mais do que a ignorância e a caturrice [...]. (DANTAS, 1889, p. 02)¹¹.

Os debates lançados pelas elites seridoenses e em especial pelo “O Povo” diziam respeito principalmente ao comportamento e as atitudes cotidianas do homem sertanejo. Como é possível perceber no fragmento retirado do jornal contido na página anterior, esse discurso concentrou-se também na crítica das identidades que naquele momento perpassava o sujeito “sertanejo” seridoense. Diante deste debate destacou-se notadamente um dos articulistas do jornal, e autor do trecho, Manoel Dantas¹² que, segundo Macêdo (2012, p. 154-155, grifo do autor),

[...] escreveu, dentre outras matérias, uma série de quatro artigos, que privilegiavam a vida sertaneja. Elegendo, assim, o sertanejo como um problema, dado constatar que seu *modus vivendi* transformou-se em um obstáculo ao desenvolvimento regional.

As críticas realizadas pelas elites seridoenses inseridas nesse contexto à maneira de viver da sociedade sertaneja, e nesse caso, especificamente do homem seridoense, segundo Santos (2001), significam um novo projeto para a Cidade do Príncipe (atual município de Caicó)¹³, principal município do Seridó. Para o autor estas questões caracterizavam-se pela:

[...] intenção de determinados grupos sociais, especialmente aqueles ligados ao Jornal e a Câmara, de que a Cidade do Príncipe se tornasse uma urbe de uma estética privilegiada e habitada por sujeitos de bons costumes e comportamentos dignos de cópia (SANTOS, 2001, p. 74).

¹¹ DANTAS, Manoel. A vida sertaneja: prejuízos. In: *O Povo*. 07 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 40 p. 02.

¹² Considerado por José Augusto como uma das “grandes figuras do Seridó”, ao lado de José Bernardo entre outros, Manoel Dantas foi, ao lado do próprio Bernardo uma das figuras mais emblemáticas no que diz respeito a idealização desse projeto de “Seridó moderno” que desabrochou entre as elites intelectuais seridoenses durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX.

¹³ Além de ter sido conhecida como Cidade do Príncipe durante o período imperial, após a proclamação da república, o município chegou a ser denominado com o nome de Seridó em 1890, no entanto, neste mesmo ano teve sua denominação alterada para Caicó, designação que possui até hoje.

Nesse sentido, muito influenciados pelas perspectivas deterministas baseadas no cientificismo e no evolucionismo que circulavam na Faculdade de Direito de Recife naquele momento, para aqueles homens que compunham e colaboravam com o periódico seridoense os elementos que formulavam a identidade do homem sertanejo também eram aqueles que impediam o progresso da região.

Dessa forma, a própria população seridoense, sobretudo a parcela mais pobre, representava um descompasso ao projeto de modernização que se gestava entre os articulistas de “O Povo” e as elites políticas e econômicas locais naquele momento. De tal modo que aqueles personagens, membros daquelas elites e inseridos no jornal, iniciam sua proposta de “sociedade moderna” e burguesa utilizando o periódico como uma ferramenta voltada para a reeducação da população, visando assim, torná-la um corpo social sublime de acordo com a interpretação dos próprios colaboradores do semanário.

A SERTANEJA REPUBLICANA: “MÃES PEDAGOGAS”

As colocações de “O Povo” sobre o comportamento cotidiano dos sujeitos no Seridó potiguar e suas “sugestões” acerca de como deveriam portar-se os indivíduos para que a sociedade seridoense pudesse caminhar de maneira uniforme em direção ao progresso pautou-se por diversas vezes em discutir acerca do comportamento feminino. Como poderemos ver a seguir, o jornal elaborou diversas ponderações a respeito da conduta e dos costumes das mulheres sertanejas da região.

[...] A mulher sertaneja tem qualidades nobres que a tornam respeitável e respeitada. No santuário da família ela é o modelo da honestidade e do dever. Pelo esposo e pelo filho ela dedica-se ao sacrifício.

Mas seu espírito, girando numa esfera limitada, está eivado de certos erros e superstições que de alguma forma desvirtuam a nobre missão da mulher na sociedade.

É nos grato confessar que esses prejuízos vão cedendo aos princípios de boa civilidade que pouco a pouco se vão implantando no seio da família sertaneja.

A família de hoje já abre suas portas para o convívio mundano, em poucas existem ainda o preconceito de conservá-la enclausurada, oculta dos olhares profanos.

A convivência da boa sociedade é tão útil ao homem como à mulher, e talvez mais a esta porque ela tem de conhecer os homens e a vida

social para poder desempenhar com acerto a nobre missão que lhe é confiada.

Infelizmente muitas ainda se conservam no círculo acanhado dos velhos preconceitos que podem dar uma mãe afetuosa, uma esposa digna, mas, com certeza não darão uma boa mãe de família.

É preciso que a mulher tenha a verdadeira compreensão de seu destino e torne-se o principal estímulo do homem para as grandes concepções de que havemos mister.

Um campo vasto se abre entre nós á iniciativa de uma mulher inteligente. Ela pode contribuir eficazmente para derrocar certos prejuízos que ainda estão arraigados no ânimo dos sertanejos, como por exemplo em relação a educação da família [...] (DANTAS, 1889, p. 01)¹⁴.

No texto escrito por Manoel Dantas e publicado pelo jornal “O Povo” em 07 de dezembro de 1889, percebemos que o autor propõe uma maior abertura da convivência social também para as mulheres seridoenses, no entanto, é possível visualizar a partir da leitura do fragmento que, aos olhares do autor, tais mulheres deveriam permanecer submissas e subservientes aos seus maridos e filhos, no caso desses últimos servindo-os e ao mesmo tempo lhes ensinando acerca de seus lugares sociais e, conseqüentemente, de gênero.

Apesar de Dantas indicar o desejo de maior liberdade para a população feminina do sertão, leia-se, Seridó, percebe-se através de suas palavras que tratava-se essencialmente de uma proposta de liberdade que, no mínimo, poderíamos classificar como limitada, uma prerrogativa demarcada e circunscrita pelo convívio e as obrigações para com a família e, sobretudo, para com os homens, seria como se as celas de seu encarceramento estivessem destrancadas, mas permanecessem com grilhetas lhes prendendo as mãos e os pés.

É necessário mencionarmos que, levando em consideração os padrões de sociabilidade da comunidade seridoense dos fins do século XIX, dificilmente se pensaria ou cogitaria uma relação de “independência” do público feminino nesse momento. Uma liberdade limitada era o máximo que aquela sociedade poderia oferecer, afinal, estamos analisando um povo cuja cultura fora profundamente enraizada em valores patriarcais. Segundo Macêdo (2012, p. 161),

[...] não se tratava da emancipação da mulher, sua atuação no espaço público era entendida apenas como um contato epidérmico.

¹⁴ DANTAS, Manoel. A vida sertaneja: prejuízos. In: *O Povo*. 07 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 40 p. 01.

Seu papel era mais claramente delineado na função de salvaguardar a família e, mais especificamente o homem.

Dessa forma, a mulher sertaneja republicana tinha sua principal função focalizada nos cuidados para com a família, e principalmente na educação dos filhos. Como afirmou Oliveira (2002, p. 232), “[...] a mãe era uma aliada importante do poder político, pois dela dependia a constituição de um modelo de família centrado na civilidade e na docilidade, formando a alma da juventude, inoculando-lhe os princípios da virtude, da moral e da religião”.

Assim a produção do lugar do feminino no Seridó potiguar a partir do jornal “O Povo” no período republicano estava ligada à concepção daquilo que Araújo (2011) chamou de “pedagoga familiar” que, por sua vez, deveria realizar a pedagogia dos gêneros, educando os filhos e as filhas de uma forma diferenciada, de maneira a criar os rapazes para se tornarem homens fortes, viris e inteligentes, e as moças para transformarem-se em boas esposas e, por conseguinte, novas pedagogas familiares.

Nesse sentido, apesar de Manoel Dantas propor uma ruptura do enclausuramento doméstico ao quais as feminilidades estavam presas nesse período, e um maior acesso das mulheres ao espaço público, para Macêdo esse acesso “[...] era restrito às cercanias da família. Algo como sair da cozinha, mas não ir além da sala de estar” (MACÊDO, 2012, p. 162).

Partindo dessas acepções, podemos perceber que um dos novos papéis da mulher seridoense, como colocado por Dantas na publicação de “O Povo”, era o de estimular o homem a abandonar as “amarras” que o mantinham estagnado em relação às mudanças, e, sobretudo às novidades que surgiam, fazendo assim com que a sociedade sertaneja progredisse rumo à modernidade tão sonhada pelo jornal e pelas elites intelectuais e políticas da região.

A mulher, enquanto mãe, era a responsável pela “produção” dos “filhos da nação”, das gerações de viriam. Partindo-se desse prisma, como aplicadora da pedagogia dos gêneros, era peça fundamental para a sociedade burguesa que começava a se desenvolver no Seridó a partir das últimas décadas do século XIX.

Se por um lado prezava-se um discurso defensor de uma abertura para maior “liberdade” feminina no que diz respeito ao seu enclausuramento no interior dos lares, por outro este mesmo discurso autentica as relações de dominação entre

masculino e feminino de maneira orgânica. É o que podemos perceber, por exemplo, na citação abaixo retirada de uma das edições do jornal no ano de 1892 que, por sua vez, trata-se de uma cópia de um texto publicado por outro periódico brasileiro da época, o “Jornal do Brazil”¹⁵, que situava-se na cidade do Rio de Janeiro:

FIGURA 01 – Caderno de notícias de “O Povo”: A’s moças



FONTE: *O Povo*. Caicó. 31 de janeiro de 1892. Ano 4, nº 5, p. 03.

¹⁵ Jornal fundado em 1891 e situado no município do Rio de Janeiro.

No recorte de jornal presente na página anterior é possível perceber que o que está colocado em questão por seus autores é justamente o debate acerca da possibilidade de uma maior abertura do enclausuramento feminino nos fins do século XIX, e conseqüentemente no Seridó, já que este artigo foi republicado pelo jornal “O Povo”. No entanto, deve-se notar no próprio texto que, embora a discussão seja apresentada neste trecho, ela não é elaborada de maneira a projetar uma independência do feminino em relação ao masculino¹⁶.

Nesse sentido é importante darmos atenção à maneira em que a discussão é orientada assim como a natureza da publicação. Apesar do autor culpar a “criação do sexo forte” pela não ampliação de espaços, sobretudo públicos, para as mulheres, o faz de maneira a naturalizar as relações de gênero impostas pela ordem social daquele momento.

É importante ainda darmos atenção a um dos momentos da publicação, quando é mencionado que o homem brasileiro bem educado “torna-se mal criado [criado] devido á falsa educação social que recebe e ao espirito de imitação estrangeira que o atormenta”, que se trata de uma passagem bem significativa, principalmente se pensarmos que em “O Povo” buscava-se a todo o momento pensar uma sociedade moderna a partir do referencial estadunidense e europeu, ou seja, de modelos estrangeiros de maneira até mesmo a tentar copiá-los.

Entretanto, justamente quando são elencadas questões que dizem respeito a liberdade individual de determinados sujeitos, como no caso das mulheres, o exemplo vindo das sociedades oriundas dos países considerados pelos próprios articulistas do jornal como os mais desenvolvidos e por sua vez dignos de cópia, já não serve mais a realidade social brasileira, leia-se seridoense.

Com isso nota-se uma postura diferenciada do semanário, que ao tocar neste assunto praticamente abandona suas convicções de busca pelo progresso/modernidade e aproximam-se de uma posição mais conservadora e mantenedora das relações sociais já estabelecidas e consolidadas durante o regime anterior.

Essa posição fica mais clara se pararmos para observar a natureza do periódico em que o texto fora publicado originalmente, o “Jornal do Brazil”, que

¹⁶ Como já havíamos mencionado anteriormente: a autodeterminação e o autogoverno das mulheres sobre suas próprias vidas era algo difícil de ser concebido no intrínseco da sociedade seridoense da época, principalmente, entre as elites que possuíam lugar privilegiado nas relações de poder que circunscreviam a região nas últimas décadas do século XIX.

nasceu a partir do momento em que “elementos ligados ao antigo regime monárquico iniciaram negociações com o propósito de lançar um novo jornal que veiculasse de alguma forma críticas ao governo” (MONTALVÃO, [201-], p. 01).

Dessa maneira, percebe-se que ao republicar o texto do periódico carioca, “O Povo” findou por distanciar-se de alguns de seus principais ideais, e o faz para manter outro princípio fundamental para a ordem social que esses intelectuais membros da elite desejam para o Seridó, o da manutenção da hierarquia dos gêneros.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos deduzir que a modernidade tão entoada e cultuada pelos articulistas de “O Povo”, por vezes, apresentaria conjunturas perigosas para alguns dos membros do semanário seridoense, já que as mudanças trazidas por ela, dependendo da situação, também poderiam incorrer em uma composição de características desagradáveis à ordem social seridoense para aqueles membros da elite regional do Seridó. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 30),

É nítida, neste momento, uma crescente preocupação com a possível quebra das hierarquias de gênero, que estes discursos definem como hierarquias de sexo. As mudanças trazidas pelo fim da sociedade escravista, inclusive para a organização da família, pareciam solapar os lugares de sujeito tradicionalmente reservados para homens e mulheres na sociedade.

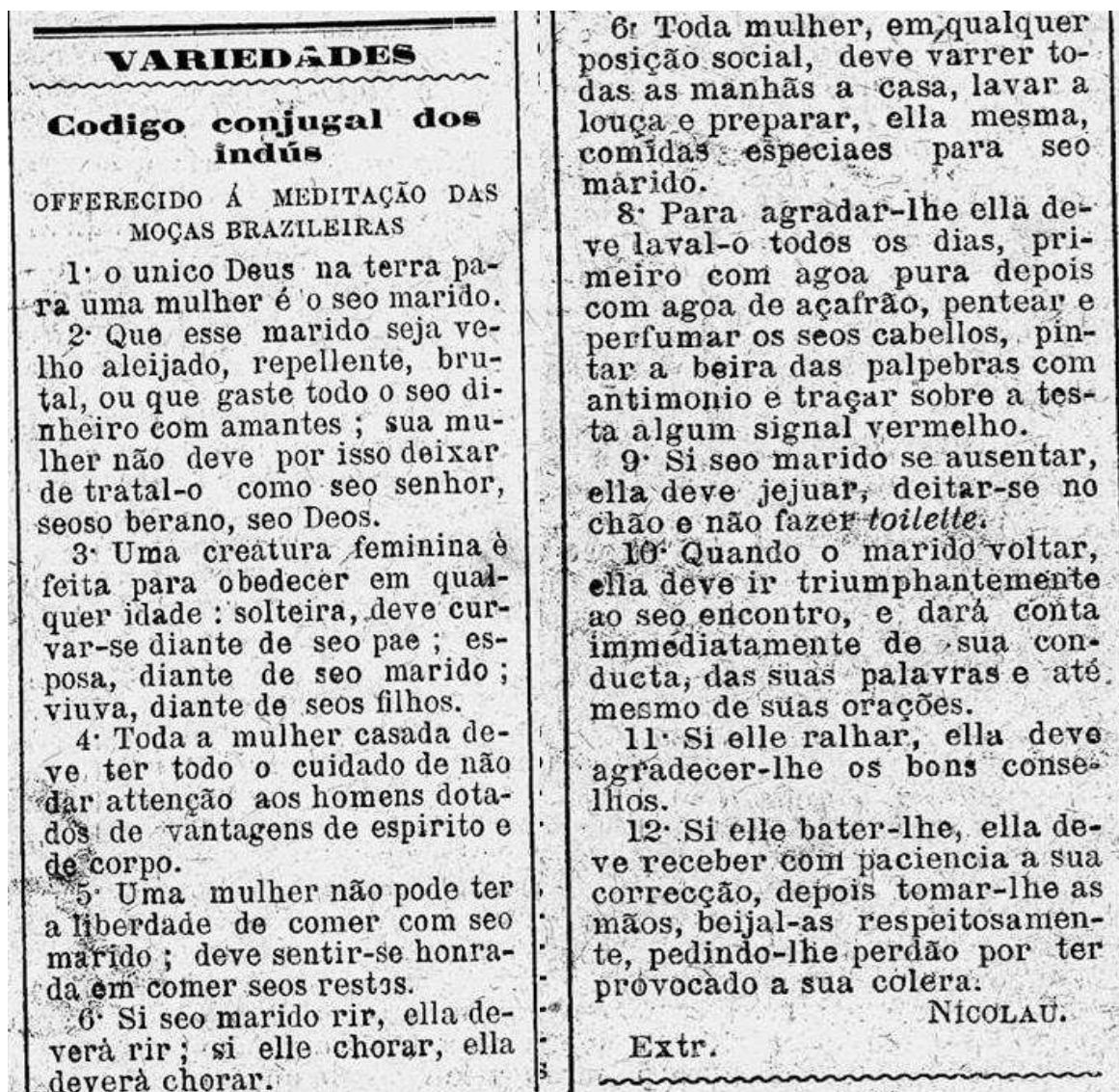
Além disso, é possível ainda perceber que em determinadas ocasiões do texto chega-se até mesmo culpabilizar as mulheres, ao se dizer, por exemplo, que a moça que estivesse em locais públicos “expõe-se a ouvir frases e ditos, que sob forma de cumprimento banal, são intimamente grosseiros”. E dessa forma, o jornal termina por encerrar a discussão nesta publicação tonificando ainda mais as relações de dominação entre o masculino e o feminino.

Assim, mesmo com as mudanças que aconteceram no Seridó potiguar no período de transição entre o império e a república, e apesar da abertura de outros espaços para o feminino além da cozinha, podemos concluir que, naquele momento, as mulheres da região permaneciam sujeitas aos códigos de uma economia masculinista que as mantinham presas aos deveres e obrigações para com a família e o lar.

A PEDAGOGIZAÇÃO DO CORPO FEMININO

Durante a leitura de inúmeros volumes do jornal “O Povo” é possível perceber um caráter de discurso pedagogizante em várias publicações do semanário, que por sua vez implicavam, entre outras coisas, também em uma abordagem voltada aos gêneros, durante sua busca por referencial de sociedade ideal, nesse caso, de sociedade burguesa. E dentre os vários textos divulgados no jornal com essa conotação, optamos por discutir um deles, publicado no caderno de variedades do periódico em 04 de janeiro de 1891, a seguir:

FIGURA 02 – Caderno de variedades de “O Povo”: Código conjugal dos indús.



Fonte: NICOLAU. Código conjugal dos indús: Offerecido à meditação das moças brasileiras. In: *O Povo*. Caicó. 04 de janeiro de 1891. Ano 3, nº 1, p. 03.

No fragmento publicado pelo jornal “O Povo” em seu caderno de “variedades”, que ao mesmo tempo pode ser lido como uma “crítica” ao comportamento feminino no Brasil da época, principalmente se levarmos em consideração o subtítulo da publicação: “OFFERECIDO Á MEDITAÇÃO DAS MOÇAS BRAZILEIRAS”, é possível identificar alguns elementos e percepções que dizem respeito às relações de gênero, elencadas pelo autor que, por sua vez, é identificado apenas pelo nome de “Nicolau”. Para analisarmos a publicação detalhadamente é necessário observarmos a mesma em partes.

Antes de tudo é importante atentarmos ao seu título: “**Código conjugal dos indús**”. A partir dele nota-se a estratégia do jornal em apresentar questões oriundas de outras sociedades e através delas pensar também acerca do próprio corpo social brasileiro assim como do seridoense, apropriando-se de relações relativas a outra cultura que não a brasileira ou mesmo a potiguar seridoense. E curiosamente, nesta publicação em específico, o jornal explora práticas culturais geralmente associadas às sociedades oriundas do oriente e não das sociedades ocidentais consideradas por eles culturalmente “mais desenvolvidas”, como no caso dos países europeus.

Assim, percebe-se na publicação mostrada anteriormente, uma intenção de apresentar a seus leitores um parâmetro cultural que, como indicado pelo subtítulo, está sendo oferecido pelo jornal “a meditação das moças brasileiras”. Ou seja, trata-se basicamente da apresentação de uma orientação de cultura e comportamento feminino para o modelo de sociedade capitalista que se imaginava entre membros das elites da região para o Seridó, um referencial de mulher burguesa.

Ainda sobre a publicação de “O Povo”, é importante voltarmos novamente ao subtítulo, afinal, por que, além de publicar o conteúdo mencionado acima, seria também necessário a “Nicolau” “oferecer” o que estava posto textualmente à “meditação das moças brasileiras”? Por que era tão necessário para o autor destacar uma necessidade de reflexão das mulheres ao lerem o conteúdo publicado por ele?

Para se pensar acerca dessas questões faz-se essencial analisar também a conjuntura do país aquele momento, afinal “O Povo” reproduziu o texto em janeiro de 1891, pouco mais de um ano após a proclamação da república no Brasil, e nesse

momento começa a se expandir cada vez mais o número de mulheres que questionavam a condição de subordinação ao qual estavam submetidas.

As lutas efetuadas pelas mulheres neste período já vinham sendo germinadas desde meados do século e segundo Maria Almeida Teles (1993, p. 29), “[...] com as mudanças na economia, na política e na sociedade, há espaço para novas idéias e a mulher inicia sua participação de uma maneira questionadora da sua condição e do papel que vinha desempenhando”.

Podemos, por exemplo, mencionar a escritora e poetisa Nísia Floresta Brasileira Augusta¹⁷, que se notabilizou na luta pelo direito à educação para as mulheres e na crítica à ordem patriarcal que caracterizava a sociedade brasileira de meados do século XIX, e muito embora não fosse seridoense, também era natural da província do Rio Grande do Norte, tendo nascido no até então município de Papari¹⁸.

Além disso, é conveniente também atentarmos ao fato de que no cruzamento entre o final do século XIX e início do século XX começam a surgir variadas mudanças no comportamento costumeiro de algumas mulheres brasileiras, principalmente entre aquelas oriundas das classes médias e altas, que passam aos poucos a incorporar novos hábitos, como o da leitura, por exemplo. Essas práticas que, aos poucos, começavam a surgir no interior do cotidiano feminino advinham de influências oriundas das transformações nas conjunturas sociais e políticas que ocorriam no país e no exterior durante esta época. Segundo Norma Telles (2015, p. 402), “[...] no século XIX já se estabelece uma mudança no público leitor. Ele se torna muito maior e se constitui, em grande parte, de mulheres burguesas”.

Uma parcela das mulheres brasileiras deste período, sobretudo entre aquelas dos seguimentos médios, começam a questionar o enclausuramento do qual estavam submetidas e a exigir maior participação no convívio social e na “vida pública”. Segundo Soihet (2015, p. 218),

¹⁷ Segunda Norma Telles (2015, p. 405) “Nísia Floresta Brasileira Augusta era o pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, nascida num pequeno sítio de propriedade dos pais em Papari, no Rio Grande do Norte, localidade que hoje recebe seu nome. Era filha de Antônia Clara Freire, uma moça analfabeta, de família muito rica, e dum advogado e escultor português, Dionísio Gonçalves”. Para mais informações ler: TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

¹⁸ Atual município de Nísia Floresta localizado ao leste do estado do Rio Grande do Norte aproximadamente cinquenta quilômetros da capital, Natal.

As aspirações das mulheres brasileiras mudaram significativamente a partir de fins do século XIX, com o advento da República. [...] em amplos setores médios sobrevieram reivindicações de aumento das possibilidades de capacitação profissional e da supressão das barreiras impostas ao trabalho feminino remunerado. A essas causas também aderiram mulheres da alta burguesia, igualmente desejosas de realização profissional e autossuficiência econômica. Acesso pleno à educação de qualidade, direito de voto e de elegibilidade foram, então, considerados instrumentos essenciais ao alcance desses objetivos.

Nesse sentido, não seria de se estranhar que “Nicolau” tenha “oferecido” o conteúdo da publicação a meditação das moças, enquanto uma forma de criticar o comportamento da parcela de mulheres inseridas nesses contextos, afinal, como afirma Sohiet (2015, p. 219), “[...] havia na sociedade brasileira em geral, e entre autoridades e políticos em particular, forte oposição às reivindicações das mulheres”.

Quanto aos itens citados no “Código conjugal dos indús” publicados pelo periódico, é importante mencionarmos que, ao reproduzir este texto em “O Povo” o autor define códigos para o feminino e masculino em uma escala hierárquica, na qual os homens estariam no topo, no lugar mais privilegiado, e as mulheres na base, totalmente dependentes e submissas a um modelo de vida que as limitavam a viver com e para o homem, e isso já se observa na leitura do primeiro tópico apontado no texto, – “o único Deus na terra para uma mulher é o seu marido”.

Isto posto, deve-se atentar que logo no início da publicação, já no primeiro tópico, além de determinar uma hierarquia de gênero, “Nicolau” ao elencar suas ponderações estabelece uma relação que vai muito além de uma simples associação de submissão, principalmente porque a partir de suas palavras ele está indagando uma construção da “autoridade” masculina pela “inferioridade” feminina, uma educação a qual a mulher deveria sujeitar-se, determinando assim uma pedagogia da obediência.

A afirmativa realizada no primeiro ponto da publicação detém uma conotação extremada mesmo para os padrões de uma sociedade ordenada a partir de uma economia/cultura embasada em valores masculinistas como o Seridó, principalmente se levarmos em consideração a conjuntura cultural da região. Sobretudo ao comparar o “homem”, enquanto ser masculino, a uma divindade, a um Deus, já que a maior parte da população seridoense se apresentava como pessoas

bastante religiosas e fortes seguidoras dos costumes e das tradições ligadas ao catolicismo.

O forte “apego” da maioria dos seridoenses ao catolicismo pode ser percebido, por exemplo, no fato de geralmente as principais festividades de cada localidade da região do Seridó serem aquelas dedicadas à devoção dos seus respectivos padroeiros e padroeiras. Com destaque maior para Santa Ana¹⁹, padroeira dos dois maiores municípios do Seridó, Caicó e Currais Novos, atenciosamente chamada pelos seridoenses de “Gloriosa Senhora Sant’Ana”, e que dava nome a região²⁰ durante o período colonial, quando esta ainda era uma freguesia.

Nesse sentido, se levarmos em consideração a forte religiosidade que caracterizava a população seridoense da época, podemos perceber o quanto é significativo, mesmo para uma sociedade profundamente enraizada nos valores patriarcais, observarmos uma publicação realizada por um periódico, em que se compara a relação entre homens e mulheres com a relação entre Deus e seus fiéis.

A pedagogia da obediência ainda é realçada durante o transcórre do texto composto por “Nicolau” em outros momentos, quando são denotados diversos papéis de gênero, sobretudo voltados ao feminino, que nos itens 4, 7 e 8, são externadas a partir de atividades cotidianas, como no seu 7º tópico, em que são expostas através de expressões como: “varrer a casa”, “lavar a louça”, “preparar comidas”, e no quarto em que, ao alertar ao “cuidado de não dar atenção aos homens”, podemos deduzir que nesse sentido implica-se também os cuidados por parte das mulheres com as próprias vestimentas, com o corpo e até mesmo com os próprios gestos.

Já nos itens 6, 10, 11 e 12, há ainda uma série de questionamentos que dizem respeito até mesmo a administração dos comportamentos e dos sentimentos,

¹⁹ Apesar de cada município da região do Seridó potiguar possuir seu próprio padroeiro(a) Sant’Ana goza de um grande prestígio e devoção entre grande parte do povo seridoense presente em todas as cidades que compõem a região, principalmente em seus dois maiores municípios: Caicó e Currais novos. Para muitos potiguares a festa em devoção a Sant’Ana realizada em Caicó é o maior evento religioso do estado do Rio Grande do Norte. Além disso, atualmente a festa de Sant’Ana em Caicó é considerada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como Patrimônio Imaterial do Brasil.

²⁰ Segundo Helder Alexandre Medeiros de Macedo (2013, p. 265): “Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, cujas fronteiras avançavam pelas capitâneas do Rio Grande e da Paraíba e que foi fundada em 1748”. Para mais informações ler: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. “Fregueses da freguesia da vila nova do príncipe, d’onde sempre foram”: identidades territoriais nos sertões do Seridó. In: _____, SANTOS, Rosenilson da Silva. *Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: ideia; Natal: EDUFRN, 2013.

como a gerência da alegria assim como da tristeza, expostos a partir de trechos como: “rir se ele rir” ou “chorar quando ele chorar”, ou por exemplo no “ir ao seu encontro e dar conta de sua conduta, de suas palavras e até mesmo de suas orações”.

Em alguns momentos da publicação a concepção de uma dominação do masculino sobre o feminino ganha uma proporção conservadora tão notável que em alguns pontos chega a apresentar um caráter “sufocante” para as mulheres, como no 9º tópico do texto, onde está dito: “se seu marido se ausentar, ela deve jejuar, deitar-se no chão e não fazer *toilette*”, propondo assim que elas abdicassem até mesmo de necessidades biológicas e fisiológicas em nome do respeito ao elemento masculino.

É interessante atentarmos, no que diz respeito ao “Código conjugal dos índus”, ao fato de a cada instante a dualidade homem/mulher ser destacadamente reforçada em todos os tópicos do texto, tanto que em alguns momentos o texto segue por padrões que até se distanciam da perspectiva de sociedade burguesa. Podemos perceber essa dinâmica com maior evidência nos itens 1, 2, 3 e 5.

No tópico 2, por exemplo, o masculino é representado e caracterizado através de uma perspectiva de virilidade notadamente demarcada pela violência e pelo sexo, que podem ser percebidos pela passagem “Que esse marido seja velho aleijado, repelente, brutal ou que gaste todo o seu dinheiro com amantes; sua mulher não deve por isso deixar de tratá-lo como seu senhor, seu soberano, seu Deus”.

Se os elementos definidores da masculinidade neste tópico são demarcados por essas características, então ela estaria circunscrita na realidade descrita por Gilberto Freyre (2013, p. 56) como sociedade patriarcal que, segundo o autor seria caracterizada pela “[...] dominação da família, da economia e da cultura pelo homem às vezes sádico no exercício do poder ou do mando”. Refletindo a partir desta concepção, percebemos que ao definir códigos de gênero voltados para masculino e, principalmente, para o feminino, a partir do “Código conjugal dos índus”, o semanário seridoense perfaz diretrizes indicadoras das realidades/vivências sociais que eles próprios desejavam superar.

Assim, o homem é caracterizado neste momento como o ativo enquanto que o feminino, no item 3, por exemplo, é percebido pela passividade ao se dizer que toda mulher seria “feita para obedecer em qualquer idade”, ou seja,

praticamente a mulher seria, dadas as devidas proporção, uma escrava do homem, não possuiria vontade própria, vivendo à mercê da autoridade masculina. E seguindo este pressuposto percebe-se que, como afirmado por Pierre Bourdieu (1991), a concepção de dominação masculina está profundamente ligada a ideia de uma ordem social organizada e construída a partir dos princípios de divisão da razão androcêntrica²¹. Segundo o autor:

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre masculino e o feminino (BOURDIEU, 1991, p. 41, grifos do autor).

Portanto, apresentando uma abordagem bem mais complexa, para o autor as diferenças de gênero que concedem uma posição privilegiada de um determinado sexo em detrimento de outro, ou seja, do masculino em relação ao feminino originam-se em “[...] um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social [...]”, que acabam por “[...] fazer ver uma construção social naturalizada [...]” (BOURDIEU, 1991, p. 09).

Em vista disso, a divisão “bipolarizada” dos gêneros que por vezes manifesta-se como uma ferramenta de justificação da ordem social vigente, revela-se, como colocado por Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2004, p. 04), como uma “[...] contínua recriação de estruturas objetivas e subjetivas de dominação”. No caso da publicação do “Código conjugal dos índus” realizada pelo jornal “O Povo” percebe-se um diálogo bem sintonizado com o regime anterior, mesmo tendo sido feita por um periódico que pretendia romper com a lógica social do “antigo” regime monárquico e promover uma nova era de rumo ao progresso e a uma sociedade “dita moderna”.

Partindo desta perspectiva, pode-se deduzir que embora as transformações visando o alcance de uma sociedade moderna devessem

²¹ Para Bourdieu uma sociedade organizada e ordenada a partir do princípio androcêntrico seria uma comunidade caracterizada pelo masculino e o feminino em posições opostas e assimétricas, em que o masculino seria visto como hierarquicamente superior de maneira a ser construído, contra e em relação feminino. Para mais informações ler: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

renovar/alterar diversas instâncias das inúmeras relações que caracterizavam as vivências sociais da região do Seridó, aquelas que diziam respeito às sociabilidades que qualificavam as maneiras de se perceber a cultura feminina na região deveriam permanecer fortemente imbricadas com propriedades que caracterizavam a sociedade seridoense dos antigos regimes colonial e imperial.

Como vimos neste capítulo, o jornal “O Povo” nasceu de uma proposta das elites intelectuais, econômicas e políticas do Seridó potiguar de ensinar a população da região a habituar-se com aquilo que os envolvidos com a produção do jornal acreditavam ser os bons costumes de uma sociedade “agora”, “moderna”.

Essa conjuntura de buscas por desenvolvimento visando atingir o progresso das relações sociais na região levou o jornal a abordar os gêneros a partir de posições pedagógicas, por sua vez, direcionadas à produção de subjetividades e códigos aplicáveis à nova realidade moderna que deveria caracterizar a região. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 01),

Vivemos em sociedades e culturas em que uma multiplicidade de pedagogias opera no cotidiano, visando elaborar subjetividades, produzir identidades, adestrar e dirigir corpos e gestos, interditar, permitir e incitar ou ensinar hábitos, costumes e habilidades, traçar interditos, marcar diferenças entre o admitido e o excluído, valorizar diferencialmente e hierarquicamente gostos, preferências, opções pertencimentos, etc. Estas pedagogias implicam, tal como aquelas praticadas no espaço escolar, a demarcação de fronteiras simbólicas, imaginárias e até físicas.

A partir desse pressuposto, pode-se constatar que através de sua produção discursiva o periódico seridoense dialoga com as práticas e relações de poder²² para, desta maneira, desenvolver no Seridó potiguar mecanismos de regulação que lhes permitissem fabricar a sociedade que desejavam. Segundo Jurandir Freyre Costa (1999, p. 50), “pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais”. A partir dessas estimativas os discursos do semanário voltaram-se à produção da sociedade moderna “ideal” através do processo de normatização social.

²² Para mais informações ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Entretanto, ao formular e publicar alguns de seus textos no jornal, o “O Povo” reproduziu discursos que apresentavam características e ideais diferentes e por vezes até antagônicas em relação ao modelo de sociedade moderna que o próprio jornal pretendia construir àquela época, principalmente quando o assunto se tratava de uma maior liberdade ao público feminino da região.

Isto posto, apesar de empenhar um grande esforço com a intenção de seguir a escala evolutiva do “progresso” a partir de uma ruptura com as sociabilidades que caracterizavam o antigo ordenamento social dos regimes colonial e imperial, por vezes o semanário seridoense adotou uma postura discursiva que se aproximava daquela da sociedade patriarcal, visualizando, desta maneira, a “modernidade” que fosse mais conveniente àquelas elites que o periódico representava.

Partindo-se desse ponto de vista, é possível concluir que grande parte dos integrantes das elites intelectuais, políticas e econômicas da região do Seridó potiguar que possuíam uma posição mais privilegiada nas relações de força que atravessavam o poder entre os fins do século XIX e início do XX buscaram, a partir de “O Povo”, incorporar na região os padrões de sociabilidade que fossem mais pertinentes e satisfatórios a suas próprias vontades. Desta forma, percebem-se as relações de poder fundamentadas a partir das intenções de “[...] gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (FOUCAULT, 2015, p. 20).

Neste capítulo estudamos acerca de como os discursos presentes em “O Povo” nos fins do século XIX dialogaram intensamente com pedagogias, que em alguns momentos eram distintas e divergentes, voltadas aos gêneros, buscando/vislumbrando alcançar um “padrão” de sociedade moderna, equiparada a dos países europeus daquela época para o Seridó.

Partindo dessa conjectura, é imprescindível mencionar que durante o empreendimento de nossa pesquisa, constatamos que, na tentativa de alcançar o “nível” de sociedade desejado os colaboradores do periódico sugeriram em seus discursos um modelo de homem diferente do sujeito brutal e violento representado em “Código conjugal do indús”.

Longe de figurar ou se assemelhar ao referencial descrito no referido código, o homem “moderno” deveria estar agregado ao padrão de vida burguês que começava a se propagar tanto no Seridó, quanto em diversas outras regiões do Brasil neste período.

Assim, no próximo capítulo discutiremos acerca de como se produziu uma cultura masculina visando à fabricação desse homem “moderno” e “burguês”, diferente do arquétipo de homem de épocas anteriores, a partir de discursos contidos em diversas publicações do jornal.

CAPÍTULO II – DO “CABRA DA PESTE” AO “VARÃO REFINADO”: A PRODUÇÃO DA CULTURA MASCULINA NO SERIDÓ POTIGUAR

Um homem também chora
Menina morena
Também deseja colo
Palavras amenas

Precisa de carinho
Precisa de ternura
Precisa de um abraço
Da própria candura
(Gonzaguinha)²³

Nos fins do século XIX propagaram-se por várias regiões do Brasil inúmeras mudanças de aspecto social e estrutural no que diz respeito às cidades brasileiras. Essas mudanças visavam sobretudo a modernização do espaço urbano e das práticas sociais que o caracterizavam. Por sua vez, esse novo projeto de nação implicou na produção de novos hábitos e costumes que findaram por refletir nos modelos de homem e mulher que deveriam se adequar à nova realidade.

No Seridó potiguar, um dos principais mecanismos de idealização e divulgação dessas perspectivas modernizantes foi o jornal “O Povo”, que pretendia construir uma sociedade seridoense burguesa idealizada e pensada a partir da aplicação de conceitos inspirados em teorias deterministas que ganhavam cada vez mais espaço entre os intelectuais brasileiros naquele momento como, modernidade, progresso e evolução.

Tamanha louvação à sociedade dita, pelos articulistas do semanário, “moderna”, assim como a busca pelo desenvolvimento da “civilização” seridoense almejando alcançar os padrões de vida e sociabilidade encontrados na Europa daquele período, levou a um culto cada vez maior da cidade, e no Seridó potiguar

²³ NASCIMENTO JÚNIOR, Luís Gonzaga. Guerreiro menino. In: *Retratos: Gonzaguinha*. 2004. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/gonzaguinha/discografia/serie-retratos-gonzaguinha.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

este direcionamento verificou-se principalmente na Cidade do Príncipe (atual Caicó/RN).

A cidade seduzia, fascinava, envolvia, encantava, provocava, persuadia e atraía os membros das elites seridoenses de maneira cativante, era “mulher charmosa e arrebatadora”, ou como proferiu Albuquerque Júnior (2013, p. 41), “uma mulher enganadora”, as singularidades presentes nas experiências que ela oferecia tornavam-se irresistíveis aos olhos destes sujeitos.

Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 51), conseqüentemente este processo levou a uma cada vez maior “perda de interesse dos homens pela terra” em várias regiões do Nordeste do Brasil, precipuamente entre aqueles que eram membros de suas elites, o que significa que houve um maior desentusiasmo e em alguns casos até mesmo desprezo pelas sociabilidades que a vida rural ofertava. Para Albuquerque Júnior (2013), tais mudanças acarretaram diversas transformações no que diz respeito aos costumes o que, por sua vez, implicou diretamente nas culturas e nas relações de gênero, e em especial na experiência da masculinidade.

O jornal “O Povo” acoplado a essas transformações e aspirando a formatação de uma sociedade seridoense “moderna” e equiparada aos “padrões” europeu e estadunidense, principalmente, além da feminina, passam neste período a esboçar/conceber novas referências para cultura masculina.

Com isso, neste capítulo buscaremos investigar acerca de como se apresentaram os discursos presentes em “O Povo” em relação à cultura masculina no Seridó potiguar, além de analisar qual o modelo de homem idealizado pelos articulistas do periódico para a “nova realidade social” que germinava na sociedade seridoense da época, e que, por sua vez, deveriam ser formados pelas “mães pedagogas” da região.

Apesar do esforço de vários colaboradores do periódico em “produzir” uma cultura que possa condizer com as modernidades que estes indivíduos inseridos no cotidiano do semanário, assim como as elites políticas e econômico-sociais da região desejavam para o Seridó potiguar, e conseqüentemente compor referenciais de cultura feminina, assim como, masculina, é de grande importância atentar ao fato de que isso não significa dizer que tenha havido uma adesão literal da população seridoense a essas ideias, mesmo entre as elites que as desejavam. Em relação a masculinidade, por exemplo:

Mesmo dentro de uma cultura como a nordestina, em que práticas, imagens e enunciados definem e exigem de forma muito estrita o ser masculino, as maneiras de praticar este gênero são variadas, as trajetórias culturais metaforizam a ordem dominante, impõem a estas microrresistências, gestando microdiferenças (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 24).

Assim sendo, é imprescindível entendermos que como bem explorou Michel de Certeau (2012), refletir acerca da “cultura” de um povo implica consequentemente no exercício de pensar sobre as pluralidades²⁴ que orbitam as relações que inventam o cotidiano de um corpo social diariamente, ainda mais, se falamos de feminilidades e masculinidades, termos que remetem à diversidade por si só.

Segundo Vieira (2006, p. 141), “[...] as experiências dos homens também foram marcadas pela dúvida, pela tensão, pelo conflito, pelo deslocamento de suas posições-de-sujeito, pela diversidade de tipos de masculinidades, em vários momentos da história”.

Isto posto, podemos afirmar que as práticas que remetem a cultura masculina não são estáticas ou inertes a variações, pois são convenções marcadas pela mutabilidade, instabilidade e inconstância das relações que as caracterizam cotidianamente.

A “DECADÊNCIA” DO “CABRA DA PESTE”

O louvor à cidade que começa a surgir entre os articulistas de “O Povo”, assim como entre as elites seridoenses dos finais do século XIX, principalmente em suas duas últimas décadas, cresce aliado ao processo de desvalorização da zona rural e da vida no campo. Consequentemente os arquétipos de masculinidade característicos do mundo bucólico passam a se tornar uma referência negativa de cultura masculina.

Para Eduardo Schnoor, neste período a prática da masculinidade nas vivências cotidianas do meio rural ainda estavam demasiadamente ligadas ao

²⁴ Ler: CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papirus, 2012; _____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014; _____. *A invenção do cotidiano 2*. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

costume de “riscar o chão”²⁵. De acordo com o autor, “[...] adentrar um conflito era símbolo de masculinidade. ‘Riscar o chão’ era parte da concepção de masculinidade do mundo rural, principalmente entre a Colônia e o Império” (SCHNOOR, 2013, p. 85). Neste sentido, aos olhos do autor durante este período a imagem do homem do campo ainda estava muito fixada à ideia de indivíduo valente, brigão e “mal educado”.

No entanto, o que mais desagradava a alguns dos articulistas do jornal no que diz respeito ao cotidiano da vida rural do Seridó foi o que eles consideraram ser uma repetição de costumes “retrógrados” que aos olhos de parte dos colaboradores do periódico produziam vivências sociais “ultrapassadas”, características dos períodos colonial e imperial, e que não condiziam com a realidade “moderna” que a sociedade agora republicana deveria exercer.

Um dos símbolos que representava essas sociabilidades da vida do campo que alguns dos colaboradores do periódico queriam extinguir estava expresso na figura do vaqueiro derrubador de boi, como podemos ver em algumas publicações do jornal que constam abaixo.

Desastre – Na vila do Acary, em dias da semana atrasada, um vaqueiro fracturou uma perna e um braço, na ocasião em que derrubava gados. Diversos factos destes, além da morte que noticiamos no numero passado, têm-se dado de mais ou menos gravidade.

E esses factos demonstram a imprudência de nossos vaqueiros em arrisarem a vida n’um brinquedo prejudicial a si e aos creadores.

É tempo de acabar com esse systema de *derrubadas*²⁶.

Se observamos a citação acima percebemos que através dela, além de classificarem a derrubada de bois como uma infantilidade ao chamarem de “brinquedo prejudicial a si e aos criadores”, os articulistas do semanário investem em uma ruptura com um dos arquétipos masculinos mais comuns no nordeste brasileiro,

²⁵ Segundo Schnoor (2013, p. 85), “‘riscas o chão’ foi uma expressão idiomática usada para demarcar um limite. Atravessar o ‘risco’ poderia incitar um conflito, uma contenda”. Para mais informações acerca deste tema, ler: SCHNOOR, Eduardo. “Riscando o chão”: masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013. Ou VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Hucitec, 2004.

²⁶ *O Povo*. 08 de Junho de 1890. Ano 2, nº 11 p. 02.

e sobretudo no sertão nordestino, durante as épocas da colonização e do império que tinham na figura do vaqueiro derrubador um referencial de masculinidade.

Como apontou Aires (2008, p. 97), durante essas épocas os vaqueiros que derrubavam as rezes ao puxar das caudas, mesmo “caindo” com frequência, essas quedas traziam “[...] para a cena as noções de coragem e de valentia como referências de parte das suas práticas [...]”, predicados extremamente importantes para quaisquer homens que pertenciam ou vivenciavam as sociedades sertanejas (e dentre elas, a seridoense) dessas épocas.

Apresentando um ponto de vista bem diferente daquele apontado por Aires na publicação de “O Povo” percebe-se a exacerbação de um ultimato contido na afirmação: “é tempo de acabar com esse sistema de derrubadas”. Com esta frase o periódico propõe a extinção da figura do vaqueiro derrubador de boi, sobretudo porque este personagem não se encaixava na sociedade que as elites seridoenses almejavam construir na região aquele período. Desta forma o vaqueiro perde espaço enquanto símbolo referencial de masculinidade desejada.

Ainda queda – No dia 28 de maio findo à meia légua da villa do Triumpho cahiram de – uma embrulhada – três vaqueiros que andavam derrubando gados, resultando sair um luxado de um hombro.
Não se emendam!...²⁷.

Nesta outra publicação realizada pelo jornal acerca do tema, novamente assinalando um acidente envolvendo vaqueiros ao derrubarem bois, o autor do texto o finaliza atestando que (por insistirem com a prática da derrubada de bois) os vaqueiros “não se emendam”, ou seja, não aprendem ou não entendem que “estão errados” e que não se enquadram naquela sociedade almejada pelos colaboradores do semanário.

Este movimento de desvalorização da figura do vaqueiro derrubador de boi realizado por parte dos colaboradores do jornal é bastante significativo, haja vista que anteriormente esta figura se apresentava como a própria personificação do “cabra macho” ou “cabra da peste” para muitos nordestinos, assim como para vários seridoenses.

²⁷ *O Povo*. 15 de Junho de 1890. Ano 2, nº 12 p. 02.

Aqueles personagens que, segundo Aires (2008, p. 92), antes absorviam “[...] culturalmente a ideia de que o homem deve ser um desbravador que sabe e que deve sempre buscar vencer o seus limites para poder imprimir ao seu modo de vida um sentido ao ser macho”. Afinal, como assinalou Reis (2012, p. 143), “[...] o título de Vaqueiro ‘afamado’ era cativado nos círculos internos dos grupos que compartilhavam afinidades em torno da pecuária e direcionado a indivíduos considerados como corajosos, possuidores das técnicas de trabalho com o gado e com o campo [...]”, já não possuíam a mesma condição de outrora, pelo menos aos olhos das elites. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 45);

A predominância progressiva das formas de sociabilidade urbanas sobre as rurais, processo que vinha ocorrendo desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX vai substituindo progressivamente entre as elites e, em especial, entre os homens, formas rústicas e pouco civilizadas de se comportar, de se vestir, de falar.

Com as mudanças epistemológicas que caracterizaram a transição do século XIX para o século XX, e, sobretudo com a república, esses indivíduos passam a representar a expressão do atraso, daquilo que só possuía espaço nas memórias do passado. No entanto, curiosamente, ao noticiarem a ocorrência de um desses desastres, ocorrido no Acary²⁸ e derivado desse mesmo “sistema de derrubadas” acontecido com um amigo dos colaboradores do jornal, e muito possivelmente também membro das elites da região do Seridó, a conotação e a ênfase no discurso apresentado pelos articulistas do jornal muda quase que por completo.

Desastre e morte – informão-nos que no dia 23 deste na Varzea do Acary, um neto de nosso amigo Joaquim Patrício de Medeiros, na ocasião em que com outros se divertia na derrubada de gados, foi vítima de uma queda.

Ao puxar pela cauda uma rez o cavallo tomou-a nos peitos e cahindo todos, ele sofreu tal commoção, que perdêo logo os sentidos, e desse desastre veio a falecer 48 horas depois.
Nossos pezames a sua familia²⁹.

²⁸ Atual Acari, município seridoense localizado na porção norte-rio-grandense da região, aproximadamente duzentos e quinze quilômetros da capital, Natal.

²⁹ *O Povo*. 01 de Junho de 1890. Ano 2, nº 10 p. 02.

A partir da leitura desta citação arriba podemos chegar ao entendimento de que além de ser uma questão referente à dualidade rural x urbano que maximizava nesse período as ponderações do colaboradores do jornal quanto a cultura masculina, mas também uma questão socioeconômica, o que nos indica mais uma diferenciação em relação aos moradores “mal educados e ignorantes” que viviam no campo, as elites seridoenses através de “O Povo” idealizavam uma cultura masculina, e neste caso também feminina, que destoasse e que os permitisse não serem confundidos com hábitos daqueles sujeitos menos providos de cabedal financeiro e que viviam à margem da sociedade da região na época.

O HOMEM URBANIZADO

Com as mudanças que começam a emergir no Seridó potiguar e com a desvalorização da figura do vaqueiro e da masculinidade característica do homem do campo na região neste período, legitimadas pelas publicações de alguns articulistas do jornal “O Povo”, o periódico começa a apresentar outras maneiras de se praticar e perceber a masculinidade.

Referindo-se às mudanças que se apresentavam e as maneiras de se perceber a masculinidade e a virilidade no Brasil durante este período, Denise Bernuzzi de Sant’Anna menciona que “[...] a virilidade rural sofreu a concorrência de uma outra, feita de competições esportivas, corridas de automóvel, novas drogas e aventuras amorosas que substituíram as antigas travessuras e pelejas típicas da vida no meio rural” (SANT’ANNA, 2013, p. 247)³⁰. Podemos perceber bem esta observação no Seridó ao analisar os anúncios de lojas contidos no jornal “O Povo”, como no caso contido na página seguinte:

³⁰ Pensando especificamente acerca do Seridó, precisamos fazer uma ressalva quanto às corridas de automóvel, que ainda eram raros na região neste período.

FIGURA 03 – Caderno de anúncios de “O Povo”: Alfaiataria Aranha.



Alfaiataria Aranha

NO

NATAL

BAIRRO DA RIBEIRA

Neste estabelecimento preparam-se costumes, segundo os mais novos e modernos figurinos, por preços commodos, estando á frente da officina um intelligente artista de Pernambuco.

Para maior commodidade dos freguezes encontra-se nelle um completo sortimento de Fazendas para Homens, bem como o mais variado sortimento de calçados nacionaes e estrangeiros para homens, senhoras e meninos.

Perfumarias dos mais afamados fabricantes.

Cretones, metins, crepes, voiles, surahs, e outras muitas fazendas modernas e de gosto para senhoras.

E' escusado dizer que o preço é commodo e que «deve este estabelecimento ser de preferen-
« visitado pelos freguezes do centro».

FONTE: *O Povo*. Seridó. 01 de junho de 1890. Ano 2, nº 10, p. 04.

No anúncio mostrado acima, o jornal divulga a Alfaiataria Aranha localizada na cidade de Natal, capital da província, salientando, sobretudo o refinamento do material comercializado pelo estabelecimento e a modernidade de seus “costumes” preparados por um artista pernambucano, com destaque especial aos produtos destinados aos homens, roupas e calçados que tanto poderiam ser nacionais quanto importados, artigos e vestimentas que deveriam torná-los elegantes e esteticamente modernos para desta maneira vivenciar as benesses de uma “urbe civilizada” poderiam oferecer.

Aos olhos de “O Povo” o homem moderno, burguês e republicano era uma figura elegante e bem vestida, um ser bem-apeσοado, cheiroso e inteligente, sua masculinidade era caracterizada e percebida através de sentidos de virilidade diferentes daqueles mais identificados com o “homem” do período colonial ou imperial, por exemplo, e sua preocupação com a aparência não deve ser vista como

algo irrelevante ou efêmero, já que representava maneiras de pensar de uma considerável parcela da sociedade seridoense, principalmente entre as elites da região. Segundo Oliveira (2002, p. 63, grifo do autor):

O capitalismo, [...], modeliza esteticamente a subjetividade, criando padrões de belo e feio, cheiroso ou fedorento, o que confere *status* ou não, a roupa que deve vestir, o ambiente que pode frequentar, que objetos deve transportar para ser reconhecido como importante pelo grupo que participa.

Nesse sentido, durante as últimas décadas do século XIX, percebe-se cada vez mais no Seridó potiguar, sobretudo a partir da República, uma gradativa preocupação com a estética do homem seridoense que deveria estar em sintonia com a cidade que se desenvolvia.

Segundo Sant'anna (2013, p. 247), “[...] desde o final do século XIX, a imagem de um homem urbanizado, letrado e burguês conquistou um espaço crescente na história do país”, e ao nosso entender no Seridó potiguar desta época este processo não foi diferente, como podemos perceber em outro anúncio realizado pelo periódico seridoense, dessa vez sobre uma alfaiataria localizada na própria cidade do Caicó, que possuía um nome bastante sugestivo, Alfaiataria Republicana:

FIGURA 04 – Caderno de anúncios de “O Povo”: Alfaiataria Republicana.



Alfaiataria Republicana

DE

Antonio Joaquim de Souza

31-PRAÇA DO MERCADO-31
(Travessa do capitão Manoel Henrique)

Cidade do Caicó

Esta alfaiataria avisa ao respeitavel publico que continua ainda nesta cidade.

O bom acolhimento que tem tido do publico seridóense é a prova do seo bom serviço.

Durante os poucos mezes que foi aberta esta officina tem estado continuamente trabalhando para as principaes pessoas da localidade, como para a casa do senador José Bernardo, coronel Esequiel Fernandes, tenente coronel Clementino Monteiro, tenente-coronel Damasceno, capitão Olegario Valle, capitão José Ignacio, capitão Felix Lopes, tenente Gorgonio Ambrosio, Joaquim de Barros e muitos outros cidadãos importantes que seria enfadonho enumerar.

Em preços é sem competencia, porque todos já sabem que trabalha

BARATO.

FONTE: *O Povo*. Caicó. 21 de dezembro de 1890. Ano 2, nº 39, p. 04.

Nesta publicação temos uma abordagem publicitária um pouco diferente por parte do anunciante em relação à anterior. Aqui, em vez de destacar os produtos a serem comercializados, o autor destacou os clientes que costumavam frequentar o estabelecimento comercial, dando ênfase as “principais pessoas da localidade”, leia-se “homens mais importantes”, membros da elite socioeconômica e política do Seridó potiguar, aqueles “dignos de cópia”, as referências do “modelo ideal” de homem para a região.

Curiosamente dois dos sujeitos nomeados na publicação, segundo José Augusto (1980), foram entusiastas da criação do jornal “O Povo”, sendo eles; José Bernardo e Olegário Valle, considerado “a alma principal desse movimento [...], que tudo fazia para que Caicó tivesse um jornal que traduzisse as aspirações do povo” (AUGUSTO, 1980, p. 166). Nesse sentido seria como se, na opinião da maioria dos articulistas e colaboradores do periódico, os exemplos de masculinidade a serem seguidos seriam os deles próprios.

A partir destes pressupostos podemos considerar que apresentar-se como um homem esteticamente equiparado a estes sujeitos era algo que ia muito além de um mero capricho, ou simplesmente de sentir-se belo perante os outros, era também uma questão de *status*, de distinguir-se socialmente em relação aos economicamente desfavorecidos, a “*ralé*” que mal conseguia vestir-se, até mesmo com trapos velhos. Segundo Oliveira (2002, p. 63): “O espetáculo de si mesmo, do exibicionismo, não se circunscreveu apenas ao sexo feminino e, lentamente, ia sendo cristalizada a imagem do homem rural como rude, agrário e áspero”.

Para Albuquerque Júnior (2013, p. 47), essas mudanças passaram também a ser percebidas como um processo de restrição da virilidade, na concepção do autor “Estes tipos urbanos, desvirilizados, haviam nascido de um distanciamento progressivo e uma desvalorização da vida rural, dos modos de ser homem de seus pais e avôs”.

Isto posto, percebe-se a partir das colocações do jornal, a exposição de uma cultura masculina aprazada e ajustada ao higienismo e ao processo de urbanização do Seridó ambicionando pelas elites políticas e intelectuais da região a partir dos últimos anos do século XIX.

O HOMEM INTELECTUAL

Aos novos modos de se pensar e projetar a sociedade seridoense a partir dos preceitos do mundo urbano ostentados em “O Povo” implicava também em mudanças nos costumes e na instrução dos homens da região. Podemos perceber essa necessidade em um dos textos escritos por Manoel Dantas publicado pelo jornal em dezembro de 1889, sob o título de “A vida sertaneja: instrução pública”.

[...] Preferem mourejar continuamente no trabalho e pensam que com isso está cumprida a sua missão na sociedade. Mal sabem eles que o homem tem um vida material e outra intelectual e social. A primeira se consegue em manter por meio do trabalho material, porém se não for auxiliado pelo esforço intelectual, nada produz, de nada serve, e o indivíduo que dela vive torna-se um aleijão no meio social [...] (Dantas, 1889, p. 01)³¹.

³¹ DANTAS, Manoel. A vida sertaneja: instrução pública. In: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 21 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 42, p. 01.

Para os articulistas do periódico³² a ignorância e a falta de instrução eram condições que naquele momento deveriam ser combatidas. Para os sujeitos pertencentes as elites seridoenses, por exemplo, não bastava que vestissem as melhores roupas ou fossem os mais ricos da região para gozarem realmente de status. Havia a necessidade de conciliarem essas circunstâncias à inteligência, sobretudo, a partir da aquisição de uma formação intelectual.

E nesse sentido a Escola de Direito de Recife passa a desempenhar uma conotação muito importante entre os filhos das elites seridoenses dessa época, fazendo com que esse período da história do Seridó potiguar passe também a ser conhecido como “a era dos bacharéis seridoenses”³³.

De fato, ser um intelectual torna-se tão importante para os jovens rapazes da época, sobretudo, entre aqueles envolvidos com o semanário, dentre os quais, alguns são bacharéis formados em Recife. Ser um bacharel passa a se caracterizar quase que como um predicado essencial a esse homem moderno e republicano. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 57);

O bacharelismo era mais uma forma de desvirilização. Homem que era homem, na sociedade do tempo dos patriarcas rurais, não gostava de livros, apreciava era “uma boa pinga, um bom cavalo, uma boa briga de galo e uma boa mulata”. Muitos haviam abraçado a vida literária e acadêmica como alternativas à debacle econômica da família.

Para o autor todos esses movimentos provocaram mudanças e ressignificações intensamente profundas na maneira de se entender a masculinidade no Nordeste brasileiro. Especialmente se tomarmos como referência o modelo dominante de masculinidade que caracterizada a sociedade patriarcal³⁴ descrita por Gilberto Freyre³⁵.

³² Devemos mencionar que como o próprio título da publicação, “instrução pública”, pressupõe: era desejo de alguns articulistas do jornal que todos os homens seridoenses tivessem instrução, independente da classe social. Afinal, para que a sociedade potiguar abandonasse os padrões de vida, considerada por eles como, antiquados aos quais estavam acostumados e atinge-se o nível de sociabilidade equiparado ao dos países europeus, como os colaboradores do periódico tanto desejavam, era necessário que todos tivessem acesso à instrução, mesmo que mínima.

³³ Para mais informações sobre “a era dos bacharéis seridoenses” ler: Macêdo, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012; Ou AUGUSTO, José. *Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 1980.

³⁴ Também era chamada por Freyre de sociedade tutelar. Segundo Samara (2004 p. 10), “a família patriarcal era a base desse sistema mais amplo, e por suas características quanto a composição e relacionamento entre seus membros, estimulava a dependência na autoridade paterna e a

O NAMORADOR

Com as maiores possibilidades de disseminação dos namoros que, aos poucos, começavam a se popularizar no Seridó potiguar a partir dos finais do século XIX os colaboradores de “O Povo” dedicaram algumas de suas páginas e publicações abordando temas e situação referentes às relações de namoro, sobretudo entre os jovens. Segundo Oliveira (2002, p. 56), “[...] muitas ruas no cenário republicano em processo de modernização são palcos que dão evasão aos desejos, que provocam inquietações em homens e mulheres na busca de uma postura social mais livre para amar, namorar, casar, passear, viver, comprar”.

Tais circunstâncias permitiram que a virilidade masculina, e principalmente as maneiras de exercê-la/praticá-la passasse gradual e lentamente por processos de ressignificações, que foram modificando-as e tornando-as dissemelhantes e em alguns casos até mesmo díspares em relação àquelas consideradas naquele momento como peculiares aos homens que vivenciavam o meio rural. Exemplo disso são as citações mencionadas abaixo:

Um individuo norte-americano concebeu a ideia deliciosa de beijar todas as mulheres bonitas que encontrasse. Munido de uma bella presença e trajado no rigor da moda, andava constantemente a carro, e quando encontrava uma mulher bonita acompanhava-a até uma rua solitária, emparelhava-se com ella, dirigia-lhe algumas palavras, e quando a apanhava descuidada, apeava-se repentinamente, e atirando-lhe beijos vorazes nas faces, no pescoço, nos cabellos. Algumas desmaiavam, outras porem, se entregavam com gosto a excentricidade do audacios [audacioso] yhankee³⁶.

solidariedade entre os parentes”. Para mais informações ler: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2013. Disponível em: <<https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016. Ou ler: SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁵ Segundo Lopes (2003, p. 182) para Freyre, “O homem [da sociedade patriarcal] era caracterizado em termos de superioridade, força, virilidade, atividade, potencial de violência e legítimo uso da força”. Para mais informações ler: ler: FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006. Ou ler: LOPES, Moisés Alessandro de Souza. A “intoxicação sexual” no novo mundo: sexualidade e permissividade no livro *Casa-grande e senzala*. In: *Revista mediações*. Londrina, v. 8, n. 2, p. 171-189, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9073/7618>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

³⁶ *O Povo*. Cidade do Príncipe. 21 de setembro de 1889. Ano 1, nº 29, p. 03.

Os articulistas passam a abordar cada vez mais em suas publicações esse homem de afeição jovem e sedutora, uma figura no Seridó que se costuma popularmente classificar como “rapaz namorador”, aquele que exerce sua masculinidade seduzindo e namorando diversas mulheres que em muitas ocasiões pode, assim como o personagem do fragmento acima, utilizar-se da malandragem para conquistar as moças e assim “ganhá-las”.

Esse tipo de homem representava uma das facetas da cultura masculina que se implantava na transição do império para república, indicando uma pequena mudança com relação aos períodos anteriores, principalmente porque, como nos aponta Gilberto Freyre (2006), durante o período colonial e imperial no sertão nordestino, era bem comum que os jovens adquirissem experiência amorosa e sexual deleitando-se com as escravas até que chegasse o momento de casarem-se com uma mulher branca, e por diversas vezes formando laços caracterizados pela consanguinidade e endogamia, o que não os impedia de continuar visitando as escravas sempre que desejassem.

No entanto, é interessante mencionarmos que o próprio jornal “O Povo”, a partir de poema publicado em 29 de junho de 1889 e contido abaixo advertia que nem todos os homens poderiam assumir a “imagem” de um “rapaz namorador”, cabendo isto àqueles rapazes da região que fossem solteiros:

ADVERTENCIA

O homem que for casado
 Não se metta com namoro;
 Pois, tão grande desaforo,
 Não tolero.

Digo mesmo que não quero,
 Ver tamanha bandalheira;
 No fim de conta à caseira
 Mette pau.

E assim se intorna o mingau,
 E la vai o xerem perdido:
 Briga a mulher com o marido
 E a namorada.

Fica esta difamada,
 E o pobre diabo se amonta;
 Porque teme justar conta,
 Com a mulher.

Pois na verdade o *baze*
 De uma mulher ciumenta,
 Só um clyter de pimenta,
 Remedeia.

Matheus³⁷

Nos versos do poema escrito por “Matheus” e publicado pelo jornal, são elencados alguns pontos importantes acerca dessas relações no Seridó. Primeiramente, há o fato de ser uma publicação que apresenta-se como uma advertência aos homens casados que exercem sua masculinidade traindo suas esposas e possuindo mais de uma mulher. Seguidamente, no que diz respeito à perceptível revolta das esposas ao lidar com a traição masculina, o que significa que algumas mulheres seridoenses não se portavam de maneira passiva ao lidar com o adultério de seus cônjuges.

É relevante destacar que muito embora durante a leitura dos versos seja possível perceber uma notável indignação de seu autor com os homens casados que possuíam outras namoradas fora de seus casamentos, através da observação da 4ª estrofe do poema, consegue-se identificar que a “má fama” nessas relações de concubinato recaia principalmente sobre a figura das namoradas, ou seja, das concubinas, e não dos adúlteros, o que sugere que havia certa condescendência da sociedade seridoense para com a traição masculina³⁸.

Segundo Araújo (2011, p. 30), “[...] a infidelidade masculina foi historicamente ‘tolerada’ e muitas vezes, justificada, tendo o efeito de reforçar os códigos masculinistas”. Já a traição feminina, pelo contrário, segundo a autora, “[...] é para a cultura masculinista, uma desonra provocada pela mulher já que a honra deveria proteger a instituição familiar, assim, também seria a desonra da própria instituição [...]” (ARAÚJO, 2011, p. 107).

Essa tendência é perceptível na própria legislação brasileira da época, já que o Código Criminal do Império executado pela lei de 16 de dezembro de 1830 previa que as mulheres casadas que cometessem o adultério, pelo menos uma vez, poderiam ser penalizadas, enquanto que para o homem, só eram aplicadas as

³⁷ MATHEUS. Advertência. In: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 29 de junho de 1889. Ano 1, nº 17, p. 03.

³⁸ A maior tolerância para com a infidelidade masculina permanece forte ainda nos dias atuais, muito embora, como apontou Mary Del Priore (2006, p. 332) tenha diminuído a partir das últimas décadas do século XX.

penalidades se o mesmo tivesse concubina “teúda e manteúda”, que nesse contexto seria uma amante “tida e mantida”, ou seja, sustentada por ele.

Assim, perante a lei que versava sobre o adultério no Brasil da época, só poderiam ser punidos os maridos adúlteros que mantivessem uma relação duradoura com uma concubina por eles conservada. Além disso, essa condição é mantida pelo Decreto nº 847 de 1890, que promulga o Código Criminal durante as primeiras décadas do período republicano no Brasil. Nesse decreto lê-se sobre o tema:

Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellualar por um a tres annos.

§ 1º Em igual pena incorrerá:

1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda;

2º A concubina;

3º O co-réo adúltero. (BRASIL, 1890, p. 30)

Assim, podemos perceber que nesse aspecto não há uma grande mudança nos primeiros anos republicanos do Brasil em relação ao período imperial, pelo menos no que diz respeito à legislação voltada ao adultério, atestando ainda uma maior tolerância que se tinha com a infidelidade masculina e a incomplacência para com a traição feminina; Além disso, como mencionou Sueann Caulfield (2000, p. 60), ao se referir ao Código Criminal do Império de 1830;

A permanência de conceitos antigos de honra e moralidade ficou mais evidente com a definição dos sujeitos jurídicos femininos no novo código. Enquanto a variedade de ofensas morais e a severidade das punições foram reduzidas, o novo código manteve o princípio básico de diferenciação entre homens e mulheres. Desse modo, os maridos assassinos ainda podiam citar o adultério cometido pela esposa como uma circunstância atenuante que poderia livrá-los da punição; da mesma forma, os maridos enganados que optassem por não matar poderiam conseguir a prisão da esposa.

Partindo-se desse prisma, podemos afirmar que entre os finais do século XIX e início do XX, mesmo com tantas perspectivas teóricas e mudanças “modernizantes” que se contrapunham às maneiras de se pensar a sociedade e as vivências cotidianas, ocorrendo no Brasil, assim como no Seridó potiguar, em muitos aspectos que dizem respeito às relações de gênero e nos modos de praticar as masculinidades e as feminilidades, a dualidade e o diferencial permaneceu quanto

ao tratamento e as formas de se enxergar tanto o gênero feminino quanto o masculino.

A PEDAGOGIA DA HONRA MASCULINA

Além dos noticiários, anúncios e poemas, “O Povo” também possuía artigos em formato de folhetins, que na maioria das vezes em que eram publicados no jornal apresentavam uma narrativa em grande parte engajada no romantismo, e assim como nos conteúdos presentes em outros elementos do jornal, por diversos momentos apresentavam discursos pedagogizantes no tocante à cultura dos gêneros. E neste tópico abordaremos um folhetim escrito por Arthur Azevedo e publicado pelo semanário em 31 de maio de 1891, descrito abaixo:

BLACK

Leandrinho, o moço mais elegante e mais peralta do bairro de S. Christovão, frequentava a casa do Sr. Martins, que era casado com a moça mais bonita da rua do Pão-Ferro.

Mas, por uma singularidade notável, tão notável que a vizinhança logo notou, Leandrinho só ia à casa do Sr. Martins quando o Sr. Martins não estava em casa.

[...] e Dona Candinha (assim se chamava a moça mais bonita da rua do Pão-Ferro) introduzia-o na sala de visitas, e de lá naturalmente passavam ambos para a alcova, onde os esperava o thalamo aviltado por seus amores ignobeis.

A ventura de Leandrinho tinha um único sinão. Havia na casa um cãozinho de raça, um *butt-terrier*, chamado Black, que latia desesperadamente sempre que farejada a presença daquelle estranho.

[...]

Entretanto, o inconveniente foi remediado. A poder de caricias e de pão-de-lós, a pouco e pouco logrou Leandrinho captar a *sympathia* de Black, e este, afinal, vinha aos pulos recebel-o á porta da rua [...]

As mulheres viciosas e apaixonadas comprazem-se na aproximação do perigo; por isso Dona Candinha desejava que Leandrinho travasse relações de amizade com o Sr. Martins.

[...] numa partida do Club Familiar da Cancellia. Depois de dansar com elle teve o desplante de apresenta-lo ao marido.

Succedeo o que invariavelmente succede. A manifestação da *Sympathia* do Sr. Martins não se demorou tanto como a de Black: foi fulminante os maridos são por via de regras menos desconfiados que os *butt-terriers*. O pobre homem nunca tivera diante de si cavalheiro tão *sympathico*, tão bem educado [...]. Ao terminar o saráo, pareciam dois velhos amigos.

[...] á porta de casa. O marido insitio muito para que o outro aparecesse. Teria o maior prazer em receber a sua visita. Jantavam ás cinco; Aos domingos um pouco mais cedo, [...].

— Heide aparecer, prometeo Leandrinho.

— Olhe, veja quarta-feira, disse o Sr. Martins. Minha mulher faz annos nesse dia. [...]

—
Na quarta-feira aprazada Leandrinho embonecou-se todo e foi para casa do Sr Martins [...]

O dono da casa [...] encaminhou-se para elle a apresenta-lo ás pessoas presentes, quando black veio a correr lá de dentro e começou a fazer muitas festas ao recémchegado [...]

—
O Sr. Martins, que conhecia o cão e sabia-o incapaz de tanta familiaridade com um estranho, teve uma ideia sinistra, e como os dois amantes infiassem, a situação ficou para elle perfeitamente esclarecida.

Não se descreve o escândalo produzido pela indiscrição de Black; basta dizer que, a despeito da intervenção dos parentes e amigos ali reunidos, Dona Candinha e Leandrinho foram postos a rua a pontapés valentemente applicados.

O Sr. Martins, que não tinha filhos, a principio soffreo muito, mas afinal habituou-se á solidão. [...]

ARTHUR AZEVEDO³⁹

Notemos que durante os parágrafos do folhetim apresentado acima o personagem Leandrinho é descrito como um homem elegante, inteligente, simpático, bem vestido, cheiroso e tão charmoso que não só seduziu o coração de Dona Candinha e “encantou” o Sr. Martins, como também amoleceu o do pequeno e valente Black, conquistando assim sua simpatia. Personagens como Leandrinho representam um referencial quase que perfeito quanto ao modelo de homem e ao ideal de masculinidade que se buscava construir naquele momento.

Leandrinho, enquanto personagem, expressa firmemente dentro si a postura mais que sublime de um “rapaz namorador”, galanteador nato, praticando sua masculinidade e exercendo sua virilidade a partir de seus encontros com Dona Candinha, um homem galanteador e inegavelmente esperto. E apesar de podermos considera-lo, até certa medida, “malandro”, por trair a confiança do Sr. Martins, fascinar uma mulher casada e consequentemente deleitar-se com ela, muito provavelmente o Leandrinho representava o supprassumo de homem que muitos jovens rapazes daquela época almejavam e eram estimulados a se tornar.

³⁹ AZEVEDO, Arthur. Black. In: *O Povo*. Caicó. 31 de maio de 1891. Ano 3, nº 18, p. 02-03.

Por outro lado, Sr. Martins, marido de Dona Candinha, viveu uma situação que, sem sombra de dúvidas, nenhum rapaz daquele período gostaria de ter vivenciado em momento algum de suas vidas, a descoberta da traição de Candinha e Leandrino parece atingi-lo bem no peito, quase como uma navalha que penetra em sua carne. Sua honra estava manchada; a ele só restava o valente cachorrinho – quem “denunciou” às idas de Leandrino a sua casa –, a companhia que lhe restava a partir desse momento. Como analisou Araújo (2011, p. 53);

É pelo processo de subjetivação da sexualidade, diferente para o homem e a mulher, que a honra é valorizada nas relações de gênero. Nesse jogo, o corpo feminino deveria guardar a honra masculina para garantir o prestígio e o respeito entre os homens, mas também o respeito social para que ele pudesse exercer sua masculinidade.

Dessa maneira, nos convém mencionar que mesmo com as ideias modernizantes que emergem neste momento e as projeções do Jornal “O Povo” visando à produção de culturas masculinas no Seridó potiguar, diferentes daquelas que caracterizam o período colonial e imperial no Sertão, a concepção de honra masculina permanecia ligada ao corpo e ao comportamento feminino, e questões como a perda da virgindade, ou como no caso do Sr. Martins, que foi traído pela esposa, ainda representavam um movimento de grande desonra para uma família e particularmente aos “homens das casas” (pais, maridos, filhos...).

Um ponto importante neste folhetim publicado em “O Povo” e que demanda bastante de nossa atenção está no tocante às maneiras do Sr. Martins em lidar com a traição: primeiramente tomando uma atitude truculenta expulsando Dona Candinha e Leandrino a “pontapés valentemente aplicados”. Entretanto, em um segundo momento Sr. Martins apresenta uma atitude diferente: tornou-se solitário e sofreu até conseguir habituar-se a sua nova condição.

O conceito de homem moderno e republicano idealizado pelo “O Povo”, além de afastar-se do estereótipo do homem truculento, violento e ignorante, procurou aproximar-se mais da representação de uma masculinidade também imbricada na relação desses sujeitos com os seus sentimentos, e analisando por esse ângulo, poderíamos até enunciar que essa perspectiva visava vislumbrar um sujeito um pouco mais humanizado em relação às representações de masculinidade de épocas anteriores. As masculinidades expressas durante o periódico e

direcionadas aos seridoenses agora são conjuntamente caracterizadas pelo homem que sofre, que se entristece e que (também) chora.

Nesse sentido, o cruzamento entre o século XIX e o XX, no que diz respeito à cultura masculina, também se notabilizou pelo germinar de pequenas mudanças nas maneiras de se lidar com os objetos de desonra, nomeadamente nos casos de traição feminina. Se anteriormente a máxima mais corriqueira em conjunturas como essas era a do “lavar a honra com sangue”, agora, nesta sociedade moderna e republicana que se pretendia construir e que repudiava atos e decisões baseadas na violência, ou na brutalidade, explora-se também outras maneiras de se lidar com as decepções e desilusões que a vida lhes podia oferecer.

Como afirmou Oliveira (2002, p. 44). “O homem visto e dito no discurso regionalista-tradicionalista como símbolo da dominação e depositário da virilidade e do saber repensa seus vínculos afetivos, suas relações sociais e sexuais, seus códigos de hierarquia de gênero”. Essas alterações na cultura masculina implicaram, também, em modificações nos discursos que fundamentavam a pedagogia da honra masculina, permitindo, assim, a manifestação de novas percepções acerca da honorabilidades do homem.

UM NOVO HOMEM, UM NOVO “CORPO”

Como vimos neste capítulo as maneiras de se perceber e entender a masculinidade nesta sociedade burguesa que germinava no Seridó potiguar começam a se transformar. E o homem que exercia sua virilidade através da força e da violência agora passa a resignificá-la. Esse processo, por sua vez, diferentemente do que ocorria anteriormente, acaba por implicar nos cuidados e na atenção para com o corpo masculino. Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 44),

O corpo que na sociedade dita patriarcal era visto e dito como natural, quando não sagrado, começava perigosamente a ser fabricado, moldado por novas tecnologias, novas atividades físicas e intelectuais, novos hábitos e costumes no vestir, no se comportar, nos gestos. Um corpo que começava a se desnudar, a ser moldado por novos códigos de beleza, higiene, de saúde.

Nesse sentido, as mudanças que ocorriam na sociedade seridoense traziam à tona um modelo de homem que agora deveria possuir novas maneiras de

se comportar, de agir, de se vestir, de pensar e até mesmo de sentir. Segundo Sant'Anna (2013, p. 148), “o corpo burguês citadino aglomerou em torno de si vários ‘envelopes’, todos eles indiciários de sua posição social e de seus gostos: roupas, calçados, tinturas, remédios e pomadas, além de máquinas e artefatos fabricados para sua comodidade”.

O corpo masculino tornava-se naquele momento um dos maiores símbolos das mudanças, dos discursos e, principalmente, das relações de poder que passaram a transpassar e atravessar a sociedade potiguar seridoense durante as duas últimas décadas do século XIX. Como afirmou Woodward (2014, p. 15), “[...] o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade – por exemplo, para a identidade sexual”.

Este novo homem, que se fabricava no Seridó potiguar nos fins do século XIX também é um homem educado, inteligente e refinado, um homem mais aberto aos sentimentos e acima de tudo, um homem higiênico que, agora urbanizado, não se interessa mais pelas sociabilidades que a vida no campo proporcionava.

Neste capítulo estudamos como os novos parâmetros culturais que se julgavam “modernos” e que visavam o progresso da sociedade potiguar seridoense produziram novas maneiras de se praticar a masculinidade durante as duas últimas décadas do século XIX, no próximo, analisaremos os códigos de gênero presentes nos discursos contidos em alguns processos crimes da região datamos deste mesmo período.

**CAPITULO III – “SEMPRE TRATOU SEU MARIDO COM DESVELO”:
DISCURSOS SOBRE GÊNERO EM PROCESSOS CRIMES DO SERIDÓ
POTIGUAR NOS FINS DO SÉCULO XIX**

Bandeira branca, Amor

Não posso mais

Pela saudade

Que me invade

Eu peço paz (bis)

Saudade mal de amor, de amor

Saudade dor que dói demais

Vem meu amor

Bandeira branca

Eu peço paz.

(Dalva de Oliveira)⁴⁰

No capítulo atual, iremos tratar de assuntos que também dizem respeito a essa “construção”, porém partindo-se da premissa contida nos discursos presentes em alguns processos-crimes da época que continham algumas percepções acerca de determinados códigos de gênero voltados tanto para o masculino quanto para o feminino.

No entanto é necessário mencionarmos que diferentemente dos jornais que realizando uma abordagem prescritiva no que diz respeito a elaboração de códigos e símbolos da caráter regulatório, nos processos-crimes exacerba-se uma linguagem de natureza corretiva e punitiva aqueles que por ventura rechaçavam ou burlavam processo de normatização.

Assim, neste capítulo buscamos analisar às reações a prática normativa de gênero no Seridó potiguar entre o fim do século XIX e o início do XX a partir de discursos e percepções contidos em alguns processos judiciais que tratam de casos ocorridos na região.

⁴⁰ NUNES, Max; ALVES, Laércio. Bandeira branca. Interprete: Dalva de Oliveira. In: OLIVEIRA, Dalva de. Bis – Dalva de Oliveira. 2000. Disponível em: <<http://cliquemusic.uol.com.br/discos/ver/bis--dalva-de-oliveira>>. Acesso em: 05 de julho de 2017.

UM DESVIAR DE OLHOS PARA OBSERVAR O QUE NÃO DEVE SER VISTO

Em processo crime de 1894 um homem chamado Carlos Manoel de Maria foi violentamente espancado no sítio Timbaubinha, localizado no até então Distrito de Jardim de Piranhas⁴¹, por outros três homens, os irmãos Pereira: Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignácio dos Santos. Como se percebe no trecho retirado do auto de denúncias da promotoria:

O Promotor Publico desta Comarca do Seridó usando do direito que lhe é concedido pela lei, vem perante VS^a denunciar Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignacio dos Santos, todos moradores do Estado da Parahyba e moradores na Timbaubinha, districto de Jardim de Piranhas pelo facto que passa a expor:

Na manhã do dia 19 do corrente mez passado no rio de Piranhas Carlos Manoel de Maria e sua mulher, succedeu passar o mesmo rio, e em sentido opposto Manoel Pereira de Maria, e como este procurasse ver as formas da mulher de Carlos, esta o repreendeu dando logar a trocadilho de desafôros, na tarde porem, do mesmo dia, indo Joaquim José Pereira⁴² buscar uma jumenta, que estava no cercado da casa onde precariamente mora Carlos e sua mulher, houve grande discussão a qual apparecerão Manoel Pereira e Onofre que brigando-se com Carlos, Cahio, ficando este por cima d'aqueles aproveitando os seus irmãos (Manoel e Joaquim) a ocasião para faserem os ferimentos constantes do auto de Corpo de Delicto⁴³.

No fragmento acima podemos perceber que toda a confusão que acabou gerando a posterior briga entre Carlos Manoel e os irmãos Pereira, começou em um simples olhar libidinoso, recheado de lascívia e desejo da parte de Manoel Pereira sobre o corpo da esposa de Carlos, enquanto a via “com as roupas levantadas por causa da agua”⁴⁴, no momento em que atravessava o Rio de Piranhas.

E o que se percebe nesta passagem do processo é que a própria moça se propõe a defender-se ao perceber os olhares de Manoel Pereira sobre seu corpo dizendo: “Cabra tenha vergonha espie para lá – ao que respondeo o dito Manoel –

⁴¹ Atual município de Jardim de Piranhas

⁴² Joaquim José Pereira, de 25 anos de idade a época do espancamento é um dos irmãos de Manoel Pereira de Maria, que naquele momento possuía 22 anos de idade.

⁴³ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignácio dos Santos. Auto de denúncia da promotoria, 1894, folha 02.

⁴⁴ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignácio dos Santos. Auto de perguntas feito ao paciente, 1894, folha 08.

Estará Bebada égua”⁴⁵, levando a esposa de Carlos a dizer, em seguida, a Manoel Pereira, “que fosse espiar para a mai [mãe] dele”⁴⁶.

É bastante significativo que a discussão e, posteriormente, o espancamento tenham ocorrido por causa de um “desviar de olhos”, principalmente por que ele se direcionava a algo que não deveria ser visto por qualquer pessoa em qualquer lugar: o corpo de alguém, em especial o feminino.

O século XIX, sobretudo em suas últimas décadas, maximizou ainda mais a importância que se dava ao corpo da mulher, e isso se deve especialmente a contribuição dos saberes médicos e científicos do período que direcionaram os estudos sobre o corpo feminino ao centro de suas discussões nesta época. Segundo Vieira (2002, p. 26),

O século XIX é um período extremamente rico para o discurso médico sobre o corpo feminino, particularmente em sua segunda metade. O interesse científico em desvendar, investigar, entender esse corpo é componente fundamental para consolidar sua medicalização.

Nesse sentido, a preservação do corpo feminino ganhou uma importância ainda maior nos finais do século XIX tornando a sua proteção um dos empreendimentos mais relevantes para a vida de uma mulher. Assim, a reação da mulher de Carlos ao perceber os olhares de Manoel Pereira não chega a ser surpreendente.

A atitude da mulher de Carlos demonstra que, além da vigilância que a própria sociedade do Seridó potiguar exercia sobre o feminino, era importante também para as mulheres seridoenses resguardarem-se, protegerem e vigiarem seus próprios corpos, o que lhes exigia seguir as prescrições que a pedagogização dos gêneros lhes impunha, para manterem perante a sociedade a condição de mulher honrada ou, como prefere Araújo (2011), de “mulher direita”. Segundo a autora,

⁴⁵ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignácio dos Santos. Auto de perguntas feito ao paciente, 1894, folha 08.

⁴⁶ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Manoel Pereira de Maria, Joaquim José Pereira e Onofre José Ignácio dos Santos. Auto de perguntas feito ao paciente, 1894, folha 07-08.

A pedagogização do corpo feminino funcionava como uma ação de disciplinarização para que a mulher subjetivasse a sua condição de inferioridade na relação com o masculino, utilizando de técnicas de controle sobre ela para que o homem fosse honrado, em troca ela tinha garantia social de ser mulher “direita”, o que deveria lidar satisfação social, de se reconhecer diferente da mulher desonrada e contribuir para a moralidade social (ARAÚJO, 2011, p. 263).

Desta maneira, o processo de pedagogização do corpo aplicado ao feminino nesse período circunscrevia-se nas relações de poder, apresentando-se assim como um instrumento importante para a manutenção da ordem dominante, também, no Seridó potiguar.

O “BOM PAI”, “O BOM MARIDO”, A “BOA MÃE” E A “BOA ESPOSA”

Em um processo crime de 1891, que buscava elucidar os mistérios em volta da morte do “louco”⁴⁷ Manoel Lucio Dantas, também conhecido como Manoel Dôce e pelo apelido de Sabadão, sua esposa, Maria Izabel de Medeiros, com quem morava, no Sítio Carnaúba de Fora, localizado na povoação de São Miguel do Jucurutu (atual município de Jucurutu⁴⁸), identificada como principal suspeita.

Em vários momentos, durante o decorrer das páginas do processo referente aos relatos das testemunhas, nota-se que por repetidas vezes eram realizadas perguntas que tematizavam acerca do comportamento cotidiano de Maria Izabel em sua relação com Manoel Lucio Dantas, como por exemplo, se Maria Izabel “tinha ódio do marido”⁴⁹, se “manifestava desejo de ver se livre deste”⁵⁰, “se o maltratava”⁵¹ ou “se o tratava bem”⁵², entre outras.

⁴⁷ Durante vários momentos no decorrer do processo Manuel Lucio Dantas é descrito como um homem louco, sempre sendo associado a um ser “desassisado”, um homem sem juízo.

⁴⁸ Apesar de ser um município oficialmente pertencente à microrregião do Vale do Açu nos dias atuais, por muito tempo o município de Jucurutu esteve vinculado ao termo do Caicó. Além disso, até o início do século XX as terras do município estiveram coligadas aos municípios de Caicó, Santana do Matos e Campo Grande, desmembrando-as dos referidos municípios apenas em 1935. Para mais informações ver: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=240610>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁴⁹ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros. Segunda testemunha, 1891, folha 12.

⁵⁰ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros. Segunda testemunha, 1891, folha 05.

⁵¹ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros. Terceira testemunha, 1891, folha 13.

⁵² Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros. Terceira testemunha, 1891, folha 13.

Passou-se a discutir de maneira destacada durante as páginas do processo se a acusada era uma boa esposa para seu marido, de maneira que, em seu interrogatório ao ser perguntada se tinha algum fato a alegar ou alguma prova que justificasse ou mostrasse sua inocência, a mesma respondeu:

[...] que tem a allegar não ter commettido o crime que lhe atribuem na denuncia, e que é tanto mais verdade isto, quanto é certo que sempre tratou seo marido com desvello, não lhe negando os seus serviços, cumprindo sempre com os seus deveres de esposa, só podendo naturalmente attribuir qualquer modo de pensar em contrário a má vontade das pessoas que assim externasse⁵³.

Com essas palavras Maria Izabel, tentou caracterizar a si própria como uma esposa e mulher com um modelo de vida que se aproximava do ideal estabelecido na sociedade seridoense da época, sobretudo aquele desejado e explorado pelos articulista de “O Povo”, como vimos nos capítulos anteriores: uma mulher que “serve” ao seu marido, uma “esposa dócil” e obediente, cujo comportamento exemplar estaria expresso no cumprimento de seus “deveres de esposa”.

Temática parecida é abordada em outro processo crime, escrito no ano de 1896, cinco anos após os acontecimentos ocorridos no processo de Maria Izabel, no entanto em contexto completamente diferente. No Sítio Mulunguzinho, localizado no município de Caicó, um homem chamado Manoel Ignacio foi acusado de assassinar a sua esposa, Francisca, e ferir gravemente uma vizinha e amiga da mesma de nome Maria Vitalina, com quem estava Francisca no momento em que fora atacada e morta a facadas por seu marido, e durante seu testemunho, ao ser questionada por quais motivos havia para Manoel Ignacio assassinar tão barbaramente sua esposa, Maria Vitalina mencionou:

[...] que só poderia ser zelos ou ciume, sem fundamento em vista da conducta da finada que era boa senhora, e que não dava motivo para tal procedimento, como poderão attestar toda a vizinhança. [...] Perguntado se sabia da conducta do denunciado e se presenciou alguma vez ameaças da parte delle para com a mulher. Respondeo que quanto a conduta parecia ser um bom pai de família porque via

⁵³ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros. Interrogatório da ré, 1891, folha 30.

lhe todas as vezes que vinha de feira desta cidade entregar a finada os [ilegível] que havia comprado.⁵⁴

No fragmento acima vemos Maria Vitalina caracterizando Francisca como uma boa esposa para Manoel Ignacio, mostrando que por ser uma esposa bem-comportada e que seguia o “padrão” de comportamento idealizado para as mulheres da época, reconhecida como tal por seus pares, amigos e vizinhos, não haveria motivo, além de ciúmes ou “zelos”, para que Manoel Ignacio cometesse com Francisca o crime de homicídio.

É importante ainda atentarmos ao fato de os ciúmes ou “zelos” de Manoel Ignacio, notadamente demarcados por Maria Vitalina como a única razão/justificativa que fosse possível/plausível para explicar este crime cometido contra Francisca, apresentarem-se, pela conjuntura das falas, como um objeto/aspecto marcante de uma relação de posse entre o casal.

Completando seu depoimento Maria Vitalina ainda menciona que Manoel Ignacio, assim como Francisca também cumpria seu “papel básico padrão” no grupo familiar provendo o sustento da família e protegendo-a, funções delegadas aos componentes masculinos das famílias seridoenses, além disso, eram deles também a função de manter a honra e nome do grupo familiar, sobretudo em relação aos membros femininos.

Assim é perceptível, a partir do exposto pelos fragmentos, uma assimetria entre os padrões de comportamento respeitados para masculino e o feminino na época. Segundo Alzira Lobo de Arruda Campos (2003, p. 348), as características que qualificavam o feminino naquele período “[...] são sempre as mesmas: mansidão, discrição, obediência, continência no falar, beleza, parcimônia nos gastos, capacidade de gerir a casa, e por fim, honestidade”.

Nesse sentido, aos olhos de Maria Vitalina, como Francisca era uma esposa “fiel” que seguia todas essas prescrições, não haveria razões que pudessem “justificar” as terríveis atrocidades cometidas por Manoel Ignacio a pessoa de sua esposa.

⁵⁴ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Manoel Ignacio de Tal. Primeira testemunha, folha 18.

NÃO SE DEVE OFENDER A “REPUTAÇÃO DA HONRA”

Em sumário de injúrias verbais de 1883, José Joaquim Junior queixa-se de Alexandre Procópio de Araújo por cometer ofensas verbais contra suas próprias filhas, Maria Joaquina da Conceição e Generosa Amelia dos Santos, como se pode ver a seguir:

1º

Que estando suas filhas de nomes Maria Joaquina da Conceição e Generosa Amelia dos Santos em companhia de duas suas mammas Maria Joaquina do Carmo e Mariana Rosa do Carmo, aquella viuva, em uma lavagem de roupa no dia nove de fevereiro deste anno no lugar cachoeira, ahi chegou a concubina do querellado, a qual já no dia anterior tinha sido advertida para não ir alli que era lugar cercado para sua familia ir, ella resistiu, indo no dia seguinte, então elle adverte de novo á ella que se retirasse ella retirasse, áo chegar em casa o querellado perante pessoas infama suas filhas, dizendo que erão iguais á qualquer mulher meretriz.

2º

Segundo, que o querellado com humilhantes palavras offendeu a reputação da honra, e honestidade de suas mesmas filhas pelo que cometeu o crime previsto no art. 236 § 2, combinado com o 238, [ilegível] Cod. Crim.⁵⁵.

Dessa vez temos um caso um pouco diferente dos anteriores, e isso se deve a condição social dos envolvidos nesta denuncia, primeiramente porque no decorrer do documento, tanto queixoso quanto o denunciado são descritos como homens brancos, e principalmente porque no trecho acima percebe-se que as filhas do acusado possuem “mamas”, ou seja, empregadas.

A menção feita à cor da pele dos envolvidos no caso, aliado ao fato de o acusado possuir criados, indicam que Alexandre Procópio era economicamente bem sucedido ou que no mínimo era um homem de posses, algo raro de se encontrar nos processos crimes, já que na maioria das vezes, tais processos do Seridó potiguar neste período, versaram sobre atos de indivíduos menos favorecidos economicamente.

Um ponto importante a ser explorado na passagem contida acima, diz respeito ao fato de Alexandre possuir uma concubina o que nos assinala que provavelmente uma das maneiras pelas quais o mesmo costumava exercer sua

⁵⁵ Expressão retirada dos autos do sumário de injúrias verbais de Alexandre Procópio de Araújo. Queixa realizada por José Joaquim Junior, 1883, folha 03.

masculinidade fosse possuindo mais de uma mulher. Vale lembrar que a ideologia masculina entre os fins do séculos XIX e início do XX, é marcada pela virilidade, cujo conceito neste período estava imbricado na possibilidade de conquistar e dispor de mais de uma mulher.

Segundo Vieira Júnior (2004, p. 264), “o controle da sexualidade dos corpos das mulheres, [...] se coadunava com representações do masculino onde este figurava enquanto defensor das honras de irmãs, filhas, mães, sobrinhas... ameaçadas por inimigos externos ao grupo familiar”. Partindo-se desse ponto de vista, pode-se dizer que Procópio ignorou uma de suas principais funções dentro do núcleo familiar.

Ainda sobre o caso de injúrias verbais proferidas por Alexandre à suas filhas, é importante atentarmos ao fato de ofendê-las e compará-las a “qualquer mulher meretriz”, também, leva Alexandre a violar as qualidades masculinas estabelecidas pela sociedade desse período. Segundo Campos (2003 p.348), nessa época “O homem tem sua imagem ligada a atributos masculinos específicos: liderança, habilidade, capacidade de trabalho, honestidade, temperança”.

Ao expor suas filhas daquela maneira Alexandre Procópio acabou por fugir a todas essas características supracitadas, deixando escapar as propriedades de um “bom pai de família” para a sociedade daquela época, que deveria ser aquele que protegeria a famílias, em especial as mulheres, resguardando a “honra” das mesmas.

UM ESPANCADOR DE MERETRIZES NA CIDADE DO PRÍNCIPE

Entre janeiro de 1884 e abril do mesmo ano, um homem chamado Francisco Vieira Cidra foi acusado de ter espancado duas mulheres, Theodora Maria da Conceição⁵⁶, e Florentina Maria da Conceição, esta última com quem vivia “amasiado”. Ao que consta nos autos Theodora encontrava-se na casa de Marianna, costureira de idade desconhecida, quando foi agredida por Francisco, que “deralhe uma bofetada”⁵⁷, em 04 de janeiro de 1884.

⁵⁶ Durante o decorrer das páginas deste processo crime, o escrivão identificou a vítima como Theodora e Teodora.

⁵⁷ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, auto de perguntas, 1884, folha 06.

Ao ser interpelado pelo delegado Olegário de Medeiros Valle, Cidra justifica seu ato de agressão alegando que só o fizera por Theodora ter “encarregado-se de sua vida privada”⁵⁸. Ao ser perguntada sobre os possíveis motivos que levaram à agressão de Francisco, Theodora limitou-se a dizer que “isto se derá em cocequencia de umas estorias⁵⁹ entre elle e sua amasia Florentina em que implicarão ella respondente”⁶⁰.

Pelo que podemos perceber através destes fragmentos, ao perceber que essas “estórias” sobre sua relação com Florentina estavam se espalhando, Francisco optou por utilizar-se da violência como uma forma de solucionar o seu problema: agredir Theodora foi sua primeira ação reativa ao lidar com uma situação que para ele era desagradável.

Segundo Antonio Otaviano Vieira Júnior (2004), neste período a violência não era apenas uma prática utilizada em situações parecidas como as que envolveram os personagens analisados neste processo. Para o autor, ela era também utilizada enquanto um mecanismo de solução de conflitos que “se caracterizava como componente intrínseco nas mais diferentes instâncias da vida” (VIEIRA JÚNIOR, 2004, p. 161).

Nesse sentido, a violência ainda se apresentava como uma situação corriqueira em várias regiões do sertão nordestino e que ainda estava presente no meio das relações que caracterizavam o cotidiano desses lugares, como no Seridó potiguar.

Três meses depois de agredir Theodora pelas “estórias” que envolviam sua vida com Florentina Maria da Conceição, Francisco espancou a própria Florentina, sua amasia. No processo crime relativo ao espancamento de Vieira Cidra sobre Florentina podemos encontrar o seguinte trecho:

Florentina Maria da Conceição e o denunciado Francisco Vieira Cidra, com quem mora e vive amasiada, havendo um trocadilho de palavras entre eles, e que já nos dias anteriores já se pronunciava contra a offendida por causa de ciúmes, aproveitando o injejo de dito

⁵⁸ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, auto de perguntas, 1884, folha 10.

⁵⁹ Apesar de ter sido agredida por Francisco, Theodora o “perdoou” durante o decorrer do processo e desistiu da ação, além disso, as informações sobre as “estórias” que levaram, segunda ela, Francisco a cometer o dito crime não foram detalhadas nas páginas contidas na documentação que versa sobre o caso.

⁶⁰ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, auto de perguntas, 1884, folha 06.

trocadilho Francisco Vieira Cidra homem de maus instictos avezado a espancar mulheres meretrizes sem que soffresse por isso pena alguma, agarrára a Florentina pelos Joelhos pos-se a jogar com ella, ora sobre as paredes da casa, ora sobre o chão e nesta lucta fesna pessoa de Florentina a offença physica e ferimento constante do corpo de delicto de fs.1, não podendo o mesmo denunciado continuar em [ilegível] vedado pelo sargento José Paz da Silva Banda comandante do destacamento estacionado nesta cidade que ali chegara e o-prendera em flagrante de delicto como se vê do auto de fs.1⁶¹

Um ponto importante e que chama atenção no fragmento do processo crime citado acima é o fato de Francisco ser descrito como um “homem de maus instictos avezado a espancar mulheres meretrizes sem que soffresse por isso pena alguma”⁶².

O fato de Francisco ser um homem que costuma bater em mulheres meretrizes com frequência e mesmo assim, sem que lhes seja imposta algum tipo de punição, nos mostra bem como o cotidiano dessas mulheres era repleto de desafios nos finais do século XIX, principalmente porque, como podemos observar através da figura de Vieira Cidra, o fato de serem meretrizes as mulheres agredidas, isso dava permissão tácita para agressão masculina.

Segundo Margareth Rago (2014, p. 116), a partir do saber médico a prostituição começa a ser classificada nos fins do século XIX como um “vício” que poderia corromper todo o corpo social. Nesse sentido a prostituição seria “um mal” que, apesar de ser necessário para época, por ajudar na “prevenção” da homossexualidade⁶³, poderia desestabilizar a ordem estabelecida, além de representar um problema higiênico devido a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Para a autora,

O retrato da mulher pública é construído em oposição ao da mulher honesta, casada e boa mãe, laboriosa, fiel e dessexualizada. A prostituta construída pelo discurso médico simboliza a negação dos valores dominantes, “pária da sociedade” que ameaçava subverter a boa ordem do mundo masculino. Seu objetivo principal é a satisfação do prazer e, nesta lógica, prazer e trabalho são categorias

⁶¹ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, auto de qualificação, 1884, folhas 04-05.

⁶² Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, auto de flagrante de delicto, 1884, folha 05.

⁶³ Durante este período acreditava-se que a prostituição era uma maneira de impedir que os homens, e principalmente os jovens, praticassem a homossexualidade, pois através do meretrício poderiam “aliviar” suas necessidades sexuais e afirmar sua masculinidade.

antinômicas. Por isso, ela dever ser enclausurada nas casas de tolerância ou nos bordéis, espaços higiênicos de confinamento da sexualidade extraconjugal, regulamentados e vigiados pela polícia e pelas autoridades médicas e sanitárias (RAGO, 2014, p. 116).

Francisco Vieira Cidra, era também conhecido como “Aleijado”, possuía aproximadamente 31 anos de idade, era solteiro e companheiro amoroso de Florentina, trabalhava como jornalista e morava na Cidade do Príncipe; no entanto, era natural de Brejo de Bananeira, na Província da Parahyba, e ao ser interrogado sobre as motivações que o levaram a cometer o espancamento que acabou ferindo sua companheira amorosa, respondeu:

Perguntôlhe mais o Delegado se erá verdade o que acabarão de dizer as testemunhas e o condutor e o que tinha a alegar em sua defesa. Respondeu que era verdade e que tendo elle réo ido para casa mandara que ela (com quem mora) botasse o jantar, o que recusando elle feis, e partindo ella com desaforos amara-se de um pão [pau] de lenha contra elle do qual em repulça dera lhe um empurrão do qual caira ella e quebrando a cabeça; chegando depois o sargento que ainda encontrara ella com o pão [pau] na mão⁶⁴.

Percebe-se a partir do fragmento contido acima que ao responder a pergunta realizada pelo delegado de polícia, Cidra admite ter espancado Florentina e justifica sua ação, alegando a desobediência de sua companheira, apresentando-a para os oficiais e juristas que lá estavam, como uma rebelde, vinculando sua imagem ao de uma pessoa transgressora.

A “indisciplina” de Florentina foi aos olhos de Cidra uma violação bem pior que o espancamento que a mesma sofrera por ele. Não podemos esquecer que durante o processo Cidra é classificado com um “homem de maus instintos”, um “espancador de meretrizes”, uma figura violenta, descontrolada, impetuosa, a verdadeira antítese de modelo de masculinidade e de homem moderno e burguês que se projetava aquele momento a partir de “O Povo”.

Ao mesmo tempo em que há revolta em Francisco, podemos observar o ato de resistência à ordem masculina exercida por Florentina, principalmente porque ao negar o pedido de Cidra ela cometeu uma ruptura com suas obrigações de servir o marido, causando uma “tensão de gênero” entre o casal. E ainda reagiu ao

⁶⁴ Expressão retirada dos autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, interrogatório, 1884, folha 06.

espancamento erguendo um “pau” ou, como consta em outro momentos do processo crime, um tição de fogo na direção de Francisco.

Além disso, é importante atentarmos que Florentina Maria da Conceição é descrita na documentação como uma mulher “parda de constituição regular, temperamento linphatico-bilioso,”⁶⁵ e possuía aproximadamente 35 anos de idade quando fora espancada por Francisco Vieira Cidra. Ao que consta em nossas fontes de pesquisa, Florentina era “natural desta freguesia⁶⁶ casada e separada de seu marido, com a profissão de lavadeira”⁶⁷.

A descrição feita no processo crime sobre a pessoa de Florentina atesta que antes mesmo de ter sido amasia de Francisco Vieira Cidra, a personagem já havia sido casada e divorciada, não havendo no decorrer dos arquivos muitas informações acerca de seu primeiro casamento ou da relação com o cônjuge anterior, ou mesmo se sua separação tenha ocorrido de maneira oficial através de processo de divórcio⁶⁸ ou não. Tudo o que sabemos é que após seu divórcio Florentina passou a viver amasiada com o mesmo Francisco, que a espancou no dia 23 de março de 1884, pouco mais de dois meses após ter agredido a pessoa de Theodora Maria da Conceição.

Um dos pontos importantes e que merece devido destaque acerca de Florentina Maria da Conceição é justamente o fato de ser separada de seu primeiro marido e viver com Francisco em uma relação amorosa informal, o que demonstra e atesta uma situação/condição de vida socialmente limítrofe e periférica. Segundo Soares (2009, p. 04),

Essa mulher divorciada, estava descolada da guarda do pai, pois de sua casa havia se retirado para o casamento assim como do controle do marido, visto estar separada deste. [...] essa mulher [...] não se

⁶⁵ Expressão retirada dos autos do Processo crime de Francisco Vieira Cidra, auto de corpo de delito, 1884, folha 17.

⁶⁶ Cidade do Príncipe.

⁶⁷ Expressão retirada dos autos do Processo crime de Francisco Vieira Cidra, auto de perguntas, 1884, folha 19.

⁶⁸ No século XIX, além de não possuir as mesmas características, a própria ideia de divórcio era bem diferente da atual. Os divórcios eram tratados naquele como uma “separação de corpos”, única forma de separação entre cônjuges admitida neste período, e que não rompia com o vínculo matrimonial. O divórcio como o entendemos hoje só passou a vigorar no Brasil na segunda metade do século XX, entre as décadas de 70 e 80. Para mais informações ler: SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre os sistema de alianças e o regime da sexualidade*. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2006.

enquadrava mais nos modelos definidos como padrão para aquela sociedade.

Neste sentido, se aliarmos sua condição de separada com a de pobreza a que estava submetida, não seria absurdo imaginar que Florentina fosse uma pessoa mal vista por parte daquela sociedade, sobretudo perante àquelas pessoas mais próximas de seu convívio, como seus vizinhos, por exemplo.

Precisamos ainda chamar atenção ao caráter informal do relacionamento entre Florentina e Cidra. O amasiamento apresentava-se como uma possibilidade mais atrativa que o casamento para muitos indivíduos, também na sociedade seridoense, da qual, como afirma Muirakytan Kennedy de Macêdo, “tratava-se, [...] de uma economia pobre, mesmo para a maioria dos que possuíam material inventariável” (MACÊDO, 2015, p. 84), e contrair matrimônio ainda se apresentava como algo sumariamente complicado, principalmente aos indivíduos menos providos de bens materiais e em situação econômica desfavorável.

Apesar de casar-se formalmente muitas vezes representar um custo demasiadamente elevado para grande parte destes sujeitos, e mesmo o amasiamento sendo uma situação normal e até corriqueira no Seridó potiguar nos fins do século XIX, ainda assim não era considerado o modelo de conúbio ideal, sobretudo para uma mulher que já fora casada formalmente, e pensando por esse ângulo, no caso de Florentina seria quase como se tivesse saído de uma relação sublime ou magnífica para uma inferior, uma situação inepta.

FLORENTINA, THEODORA E FRANCISCO: “MODELOS DE MAUS EXEMPLOS”

Como mencionado anteriormente, ao ser questionada sobre sua profissão, Florentina se diz trabalhar como lavadeira, enquanto que no processo crime que trata do espancamento de Theodora, sua profissão não é revelada, no entanto há uma grande possibilidade de a mesma ter sido costureira, já que no momento em que fora agredida por Cidra estava na casa de Marianna, Maria José do Nascimento, descrita na documentação como “companheira” de Marianna, Magdalina e Joanna da Corda, não havendo menção a ofício exercido pelas duas últimas, mas as duas primeiras como costureiras.

No entanto, como afirmou Alzira Campos (2003, p. 280), é “muito provável que [a prostituição] se adequasse a profissões socialmente aceitas: fiação, tecelagem, costuras etc.”. Assim, certamente as duas podem ter utilizado essas profissões como uma maneira de ocultar a prostituição, afinal se elas anunciam serem meretrizes perante os agentes da “lei” e do estado que as interpelavam, essa informação poderia voltar-se contra elas durante o processo.

Meretrizes ou não, é importante mencionar que, a partir da documentação podemos perceber que Theodora, da mesma maneira que Florentina, não poderiam ser consideradas como padrão de mulher burguesa que se almejava e que estava em construção nesta época, da mesma maneira que Francisco não exercia o modelo ideal de masculinidade desejado, sobretudo se levarmos em consideração o referencial de masculino e feminino concebido pelo jornal “O Povo” e discutido em capítulos anteriores, ou mesmo, para os magistrados que julgaram os casos, respectivamente, principalmente porque alguns entre eles também possuíam relações com o jornal, como no caso de Olegário de Medeiros Valle⁶⁹, que além de ser o delegado encarregado dos casos de Cidra, também foi um dos idealizadores do periódico seridoense.

Dessa forma, através da leitura e análise dos processos nos foi possível constatar que tanto Florentina, quanto Teodora e Francisco eram pessoas pobres e desprovidas das “primeiras letras”, já que não sabiam ler ou escrever, eram sujeitos que viviam à margem da sociedade burguesa que germinava na região aquela época. Indivíduos que fugiam os padrões de feminilidade e masculinidade apreciados e desejados pelas elites políticas e econômicas da região.

Como vimos durante este capítulo, muitos discursos presentes nos processos crimes do fim do século XIX analisados, possuíam uma conotação muito próxima e antenada com os valores morais da sociedade burguesa que desabrochava na região do Seridó potiguar neste período, haja vista que alguns dos magistrados envolvidos com os processos foram formados pela faculdade de Direito de Recife, e conseqüentemente também possuíam e conheciam as inspirações teóricas utilizadas em “O Povo” para justificar os processos modernizadores que eles e as elites seridoenses buscavam implantar na região.

⁶⁹ Olegário Valle foi o primeiro redator do jornal ao lado de Diógenes da Nóbrega.

Com isso foi possível perceber que por diversas vezes, afirmativas apresentadas por alguns dos envolvidos nos processos, entre eles os agentes do estado que lá estavam e os próprios denunciados, vítimas e testemunhas, fundamentadas neste ponto de vista, versavam acerca do feminino abordando ideias como “tratar bem seu marido” ou ser uma “boa esposa”, etc. Enquanto que no masculino vemos interpelações pautadas ou que giravam em torno de questões como: “ser um bom pai de família”, “honra”, “honestidade”, entre outras.

Vemos sobreposições de determinações que visavam a manutenção da ordem social e das hierarquias que a caracterizavam. Por sua vez, tais aplicações eram reconhecidas e ratificadas pelo processo de pedagogização dos corpos, e em especial os das mulheres. Dessa maneira, como explicou Louro (2016, p. 16):

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmo, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas. As formas como elas se representam ou são representadas, os significados que atribuem às suas experiências e práticas é, sempre, atravessado e marcado por relações de poder.

Assim, as identidades tidas como “normais” e ratificadas pela ordem social dominante procuram se estabelecer na posição mais privilegiada do processo de hierarquização ao qual as identidades estão submetidas e através do processo de diferenciação delinear o que deve ser considerado “anormal” e consequentemente deixado a margem. Desta forma, como informou Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 81),

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Dessa forma, as imposições realizadas pelos agentes que buscam normatizar a sociedade, como no caso das elites políticas e intelectuais do Seridó, entre elas os magistrados que participaram dos casos abordados durante este capítulo, não conseguem exercer um controle total, pois não impedem que sujeitos e personagens transgridam a ordem, deformem os valores vigentes estabelecidos, representem uma ruptura com os modelos de gênero idealizados para a sociedade burguesa que as elites pretendiam criar, e continuem existindo e praticando o cotidiano a sua maneira, mesmo estando à margem da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos durante este trabalho, o período que se compreende entre os fins do século XIX e os primeiros anos do XX representou um momento de grandes mudanças e transformações no seio da sociedade do Seridó potiguar.

Inspirando-se no projeto de nação moderna que se disseminava pelo Brasil na época, e buscando o alcance de relações que caracterizassem a cultura e o povo do Seridó potiguar ao “nível” das sociedades europeias e estadunidense, as elites políticas, econômicas e em especial as intelectuais da região procuraram colocar este projeto em prática.

Entre os idealizadores deste processo destacaram-se os articulistas do jornal “O Povo”, que a partir das páginas do periódico, idealizaram uma sociedade seridoense moderna pautada nos padrões de vida burgueses, e por sua vez, em oposição às vivências cotidianas que caracterizaram o Seridó no antigo regime, e que compunham uma sociedade, segundo Gilberto Freyre (2006), organizada a partir da ordem patriarcal. Partindo-se desse princípio o semanário lançou mão de imagens, símbolos e representações voltadas ao ideal de sociedade que tanto almejavam.

Este modo de pensar levou o jornal a desenvolver e reproduzir novos códigos de gênero que visavam normatizar e gestar os modelos de homem e mulher que mais concatenariam a este projeto modernizante a partir do referencial de família de modelo burguês. Nesse sentido, tratava-se antes de qualquer coisa, de um projeto de (re)formulação e imposição identitária e cultural, que propunha-se a moldar os sujeitos e produzir-lhes novas subjetividades. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 83):

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

O processo de normalização que visava e se fundamentava no referencial burguês de sociedade, implicou por sua vez em um sistema de pedagogização dos gêneros no Seridó. Nesse sentido, discursos compostos pelas imagens e símbolos que representavam o modelo burguês ideal de homem e mulher para a região passam gradativamente a serem replicados e reproduzidos no seio social do Seridó potiguar.

Assim, o modelo e o perfil de cultura feminina desejado por aquelas elites socioeconômicas e políticas do Seridó potiguar, passa a ser explorado e formatado a partir da concepção de, como colocou Araújo (2011), “mães pedagogas”, que por sua vez tinham neste sistema a importante função de exercer a pedagogia dos gêneros no interior do espaço familiar.

Por sua vez, as mães pedagogas existentes deveriam preparar as filhas para a vida conjugal criando novas mães pedagogas, enquanto que aos filhos eram destinados os saberes e ensinamentos que deveriam torná-los um novo modelo de homem urbanizado, um “varão refinado”. Elas produziram assim os herdeiros da nação.

Nesse sentido podemos dizer que tratava-se de um projeto de sociedade que buscava editar alguns dos aspectos culturais que identificavam a mulher e o homem seridoense dos fins do século XIX, e por sua vez fabricar novos padrões de sujeito e de gênero no Seridó. E como afirmou Louro (2016, p. 11), é “[...] através de processos culturais que definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente”.

A partir desses pressupostos, o modelo de masculinidade moderna no Seridó potiguar começa a ser moldado com base em novos costumes e hábitos cotidianos. O homem seridoense burguês precisava ser inteligente, educado, bem vestido e bem atento aos cuidados com o corpo, e com sua aparência física, respectivamente. Assim, percebe-se então ao mesmo tempo um forte processo de ressignificação da virilidade masculina, que passa cada vez mais a possuir atribuições diferentes, em relação aquelas do período patriarcal.

Os novos papéis sociais “distribuídos” entre os gêneros no Seridó potiguar nos finais do século XIX foram estabelecidos de maneira a vislumbrar a modernização das relações além de manter a hierarquização da dicotomia homem/mulher já estabelecida, também, na região. Segundo Foucault (2015, p. 26)

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder.

Temos, nesse sentido, as relações de força postas a mesa no Seridó potiguar. Percebe-se neste período as lutas travadas, entre outras instâncias, no âmbito dos discursos visando, sobretudo, uma (re)significação das relações sociais que definiam a ordem dominante e a hierarquização dos gêneros.

Tal exacerbação desenvolveu-se principalmente pelo fato de muitas influências advindas do continente europeu adentrarem no solo brasileiro. Podemos mencionar, por exemplo, a emergência de muitas mulheres que começam a reivindicar mais direitos, bem como maior participação no processamento político, com destaque para o movimento feminista que se desenvolvia no Brasil durante as últimas décadas do século XIX.

Aspecto interessante no que diz respeito a esta questão, é que as inspirações de grande parte das reivindicações realizadas pelas mulheres naquele momento, como o acesso à educação/instrução, por exemplo, vinham de teorias e referenciais oriundos dos países que as próprias elites seridoenses buscavam copiar (Europa e Estados Unidos). Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 45),

Num momento em que a República nivelara a todos os cidadãos, que a abolição tornara todos, independente da cor, homens livres, em que as mudanças econômicas trazidas pelo desenvolvimento da indústria e do comércio nivelavam os moradores da cidade com os do campo e ameaçavam inverter a hierarquia de poder econômico e político, detido até então pelos grupos ligados ao setor agrário, em que ideias e movimentos como o anarquista e o comunista falavam do nivelamento das classes, o nivelamento dos sexos aparecia como uma resultante e uma espécie de metáfora de todo o processo em curso. Atingindo a instituição que era a célula da ordem social, ameaçando inverter a hierarquia vista como natural em seu interior, toda a sociedade parecia sair do controle dos homens que, emasculados em seu poder, viam o feminino sair de suas fronteiras e impregnar toda a ordem social. O refinamento da vida moderna, que levava a uma delicadeza de falas, gestos e atitudes, era mais um indício deste processo.

Dessa maneira a mesma modernidade que aquelas elites seridoenses tanto desejavam para a região entre os finais do século XIX e início do XX, também

assustava aqueles sujeitos, tanto que por vezes em “O Povo” percebem-se algumas incongruências da parte dos articulistas do periódico nos discursos que possuíam conotações mais voltadas aos gêneros.

Essa premissa possui uma presença tão forte que determinadas publicações acabam indo de encontro a outras, fazendo com que o semanário apresente, no que diz respeito aos gêneros, um conjunto de pedagogias produtivas, que em determinados momentos poderiam se chocar, sobretudo, quando em relação as mulheres.

Assim, em determinados momentos o semanário propõe uma maior liberdade, embora que ainda pequena, ao feminino no uso dos espaços públicos, em outras pregasse uma submissão total das mulheres em relação aos homens. Em quanto que na maioria das publicações do jornal, vemos o homem moderno sendo caracterizado como uma figura educada e mais aberta aos sentimentos, em outras o periódico propõe que, se necessário, eles devem ser “brutais” com suas mulheres e elas deverão aceitar isso, “agradecendo-os por corrigi-las”.

Observamos com isso que para manter as hierarquias de gênero já predominantes as elites representadas pelo jornal chegam até a fugir de seus próprios ideais. Com isso, podemos concluir que o projeto de modernidade que aqueles sujeitos buscavam instituir no Seridó potiguar dos fins do século XIX era o que fosse mais conveniente para as próprias elites, uma sociedade modernidade feita a partir de valores burgueses.

No entanto, é importante mencionar que apesar dos discursos e das relações de poder atravessar a identidade dos sujeitos, toda essa promoção de práticas, símbolos e representações advindos de uma ordem social dominante e aplicados no Seridó potiguar pelo jornal “O Povo” não excluem da região os sujeitos avessos aos discursos promulgados pelo jornal ou ao desejo das elites.

Além disso, ponderou Certeau (2011), o homem “ordinário” inventa o cotidiano a partir de diversas astúcias ou, segundo o autor, “artes de fazer”, que permitem a esses indivíduos inventar o cotidiano diariamente através de uma conduta que não pode ser descrita como passiva perante as imposições da ordem social dominante.

Assim, podemos afirmar que nos fins do século XIX, a sociedade seridoense era permeada por uma multiplicidade de relações no que diz respeito as relações de gênero. Os sujeitos poderiam exercer suas práticas de masculinidade,

nos caso dos homens, ou de feminilidade, no caso das mulheres de maneira diversa. Da mãe de família à meretriz, do homem urbanizado e sensível ao “cabra da peste”, uma pluralidade de vivências e convivências sociais poderiam aflorar.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Nordestino: a invenção do “falo”*: uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AUGUSTO, José. *Seridó*. Natal: Sebo Vermelho, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUENO, Almir de Carvalho. Nós, os regeneradores da pátria: ideias políticas no Rio Grande do Norte na passagem para a república. In: _____. *Revisitando a História do Rio Grande do Norte*. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *Casamento e família em São Paulo colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papius, 1998.

_____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *A invenção do cotidiano 2*. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1999.

_____. *Sem fraude nem favor*. Estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DANTAS, José Adelino. *Homens e fatos do Seridó antigo*. Natal/RN: Sebo Vermelho, 2008.

DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti editores, 1941.

DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

DIMAS, Antonio; LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Reinventar o Brasil: Gilberto Freyre entre história e ficção*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora da USP, 2006.

DUBY, Georges. Prefácio à história da vida privada. In: VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada 1: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordeste. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. O verdadeiro sexo. In: _____. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Ordem e progresso: Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio*

século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da monarquia para a república. São Paulo: Global, 2013.

GRINBERG, Keila. Processos Criminais. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2013.

LIMA, Iêda Silva de, GARCIA, Tânia Cristina Meira. Nos mistérios de mulher e nos bons costumes, se fez a educação feminina da Ribeira do Seridó (1737-1799). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de, SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. João Pessoa: Ideal; Natal: Edufrn, 2013.

LINS, Daniel (org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Rio Grande (do Norte) Colonial: novos olhares. In: _____, SANTOS, Rosenilson da Silva (orgs.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América Portuguesa*. João Pessoa: Ideal; Natal: Edufrn, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

_____. *Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó – séc. XVIII)*. Natal, RN: Flor do Sal: EDUFRN, 2015.

MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea*. Cadernos Pagu (11) 1998: pp. 67-75.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1980.

MELO, Victor Andrade de. Novas performances públicas masculinas: o esporte, a ginástica, a educação física (século XIX). In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11) 1998: pp 89-98.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: Uma história de poder*. São Paulo: A girafa Editora, 2008.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SALIBA, Elias Tomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle époque e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs). *História dos homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SILVA, Cesar Mucio. *Processos-Crime: escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHNOOR, Eduardo. "Riscando o chão": masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In:_____. *História da vida privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOARES, Ubirathan Rogerio. *Mulheres para muito além do figurino: as divorciadas gaúchas dos séculos XVIII e XIX*. In: Textura. Canoas, v. 10, n. 17, p. 135-149, jan./jun. 2008.

VIEIRA, Elisabeth Meloni Vieira. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fiocruz, 2002.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes* - história da família no sertão (1780-1850). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; São Paulo: HUCITEC, 2004.

WALTON, Stuart. *Uma história das emoções*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FONTES ESCRITAS:

Autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, 1884.

Autos do Processo Crime de Francisco Vieira Cidra, 1884.

Autos do Processo Crime de Manoel Ignácio de Tal, 1896.

Autos do Processo Crime de Maria Izabel de Medeiros, 1891.

Autos do sumário de injúrias verbais de Alexandre Procópio de Araújo, 1883.

AZEVEDO, Arthur. Black. In: *O Povo*. Caicó. 31 de maio de 1891. Ano 3, nº 18, p. 02-03.

DANTAS, Manoel. A vida sertaneja: instrução pública. In: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 21 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 42, p. 01.

DANTAS, Manoel. A vida sertaneja: prejuízos. In: *O Povo*. 07 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 40 p. 01.

MATHEUS. Advertência. In: *O Povo*. Cidade do Príncipe. 29 de junho de 1889. Ano 1, nº 17, p. 03.

NICOLAU. Código conjugal dos indús: Oferecido à meditação das moças brasileiras. In: *O Povo*. Caicó. 04 de janeiro de 1891. Ano 3, nº 1, p. 03.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 01 de junho de 1890. Ano 2, nº 10.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 03 de agosto de 1889. Ano 1, nº 22.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 04 de janeiro de 1891. Ano 3, nº 1.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 06 de abril de 1889. Ano 1, nº 5.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 07 de dezembro de 1889. Ano 1, nº 40.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 08 de Junho de 1890. Ano 2, nº 11.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 15 de junho de 1890. Ano 2, nº 12.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 21 de dezembro de 1890. Ano 2, nº 39.

O Povo. Est. do R. Grande do Norte. Zona do Seridó. 31 de janeiro de 1892. Ano 4, nº 5.

FONTES SONORAS:

NASCIMENTO JÚNIOR, Luís Gonzaga. *Guerreiro menino*. Interprete: NASCIMENTO JÚNIOR, Luís Gonzaga. In: NASCIMENTO JÚNIOR, Luís Gonzaga. Retratos: Gonzaguinha. 2004. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/gonzaguinha/discografia/serie-retratos-gonzaguinha.html>> Acesso em: 05 jul. 2017.

NUNES, Max; ALVES, Laércio. *Bandeira branca*. Interprete: Dalva de Oliveira. In: OLIVEIRA, Dalva de. Bis – Dalva de Oliveira. 2000. Disponível em: <<http://cliquemusic.uol.com.br/discos/ver/bis--dalva-de-oliveira>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

RAMALHO NETO, José; PATRIOTA, Otacílio Batista. *Mulher nova bonita e carinhosa*. Interprete: COLLARES, Amélia Cláudia Garcia. Janelas do Brasil. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wIKa1NUFAyg>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Decreto-lei nº. 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 out. 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 dez. 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 31 jul. 2016.

MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES:

AIRES, Francisco Janio Filgueira. *O “espetáculo do cabra-macho”*: um estudo sobre os vaqueiros nas vaquejadas no Rio Grande do Norte. 2008. 182f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro

de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Natal, 2008.

ARAÚJO, Eronides Câmara de. *Fazer de algumas passagens quadros, e quem sabe um dia, você possa assinar: homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor*. 2011. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Campina Grande, 2011.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890: Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza*. 1985. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências e Filosofia. Centro de Estudos Gerais, Niterói, Rio de Janeiro, 1985.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Façamos a família a nossa imagem: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30)*. 2002. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2002.

REIS, Alécio Gama dos. *O que farpa o boi farpa o homem: campo das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943 – 1985)*. 2012. 363 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós-Graduação em História, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, Rosenilson da Silva. *O desejo, o relato e a prática da cidade: de como são produzidos territórios marginais na cidade do Príncipe (1880 – 1900)*. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

SOARES, Ubirathan Rogerio. *Os processos de divórcio perpétuo nos séculos XVIII e XIX: entre os sistemas de alianças e o regime da sexualidade*. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2006.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. 2009. 355 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2009.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. *A única coisa que nos une é o desejo: produção de si e sujeitos do desejo na vivência do homossexualismo em Campina Grande/PB*. 2006. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campina Grande, 2006.

SUPORTE ELETRÔNICO:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Pedagogia: a arte de erigir fronteiras*. In: VII Simpósio Linguagens e identidades da/na Amazônia sul-ocidental; VI Colóquio internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”. Rio Branco, 04-08 nov. 2013. Anais s.n. Disponível em: <simposiufac.blogspot.com.br/2013/06/pedagogia-arte-de-erigir-ronteiras_21.html>. Acesso em: 26 jan. 2017.

ASSIS, Sandra Maria. *Mulheres da vila, mulheres da vida: Vila do Príncipe (1850 – 1900)*. In: *Revista Mneme*. Caicó, v. 03, n. 05, p. 114-159, abr./mai. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/153/143>>. Acesso em: 31 out. 2016.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. *Pierre Bourdieu sobre gênero e educação*. In: *Revista Ártemis*. João Pessoa-PB n.1. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/2364/2068>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=240610>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/explore/acervos/bndigital>>. Acesso em: 25 out. 2015.

Folha de São Paulo. *Questão e redação do Enem recebem críticas e elogios*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/10/1698468-questao-e-redacao-do-enem-recebem-criticas-e-elogios-nas-redes-sociais.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2016.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2013. Disponível em: <<https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/livro-completo-sobrados-e-mucambos-gilberto-freyre-1.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

HENRIQUES, Ricardo, BRANDT, Maria Elisa Almeida, JUNQUEIRA, Rogério Diniz, CHAMUSCA, Adelaide (orgs.). *Cadernos SECAD 4: Gênero e diversidade na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 08 set. 2016.

LEIRIA, Elisandra Lorenzoni. *A escolarização da leitura no Brasil: uma visão histórica*. [201-]. Disponível em: <<file:///C:/Users/marco/Downloads/23799-112987-1-SM.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

LOPES, Moisés Alessandro de Souza. *A “intoxicação sexual” no novo mundo: sexualidade e permissividade no livro Casa-grande e senzala*. In: *Revista mediações*. Londrina, v. 8, n. 2, p. 171-189, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9073/7618>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. [201-]. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/JORNAL%20DO%20BRASIL.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. 1989. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

TERUYA, Marisa Tayra. A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú, 23-27 out. 2000. *Anais*. s.n. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/a%20Fam%EDlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.